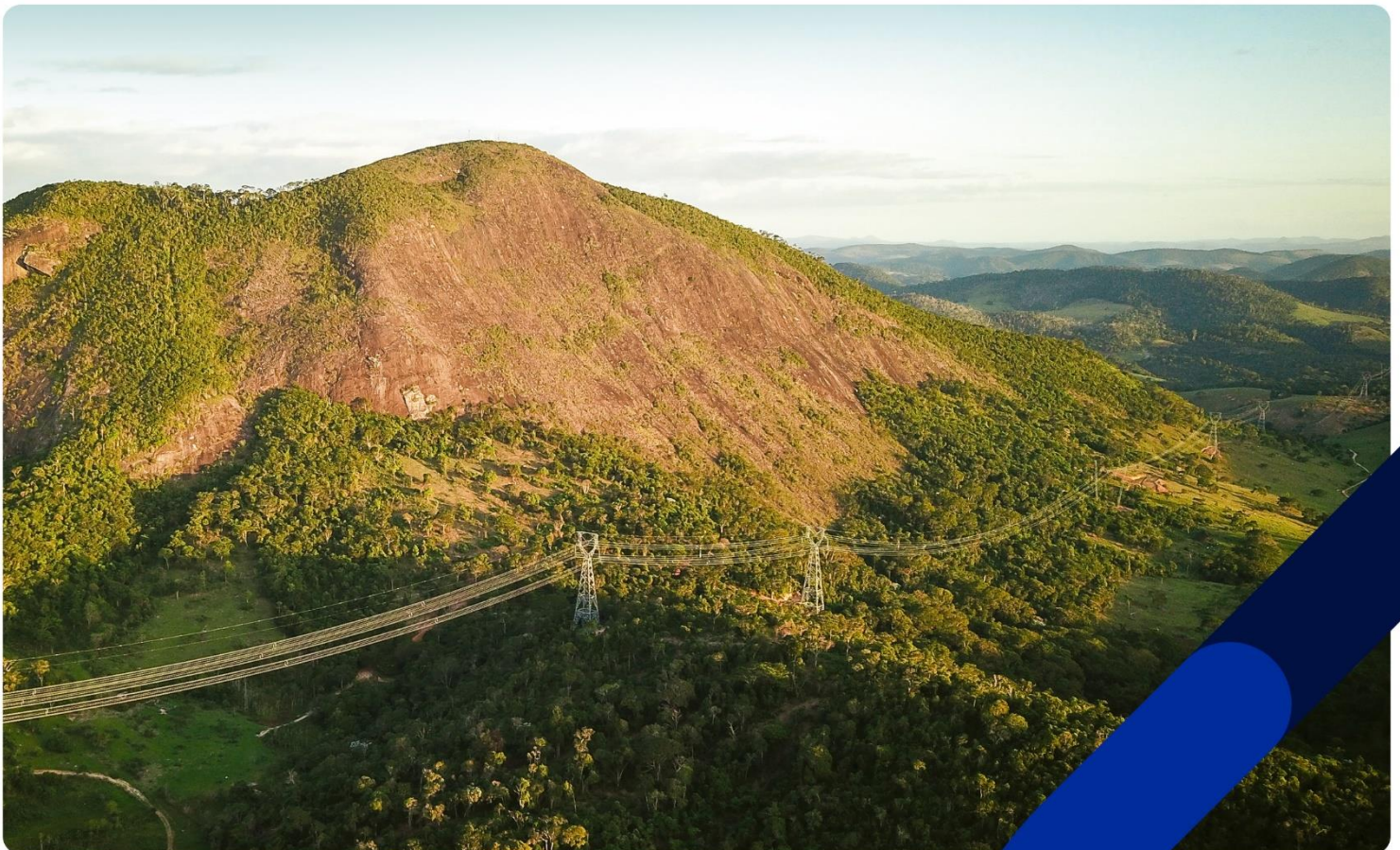




ri.taesa.com.br

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

3T25



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 3º trimestre de 2025



Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2025

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2025.

Destaques do Resultado



Receita Líquida Reg. 9M25

R\$ 1.869,7 milhões (+7,0%)



EBITDA Reg. 9M25

R\$ 1.580,1 milhões (+9,0%)



OPEX Reg. 9M25

R\$ 289,5 milhões (-3,0%)



PV de 0,28% da Receita de Transmissão 9M25

R\$ 5,8 milhões (-82,3%)



CAPEX 9M25

R\$ 1.297,1 milhões (+89,8%)



Lucro Líquido Reg. 9M25

R\$ 811,0 milhões (+2,5%)



Entrada em operação do reforço da TSN com RAP autorizada total de **R\$ 11,3 MM**



Anúncio de Proventos

R\$ 323,3 milhões (3T25)

Videoconferência de Resultados

Quarta-feira, 12 de novembro de 2025

11h00 (BRT) | 09h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)

Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:

investor.relations@taesa.com.br

<https://ri.taesa.com.br/>

+55 21 2212 6000

Resultados do 3º trimestre de 2025



ÍNDICE

1.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO	4
2.	VISÃO GERAL	6
2.1.	Estrutura Societária	6
2.2.	Estrutura Societária TBE	7
2.3.	Estrutura Societária AIE	7
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
3.1.	Desempenho Operacional	8
3.2.	Ciclo da RAP 2025-2026	9
3.3.	Resultado Regulatório	11
3.3.1.	Receita Líquida	11
3.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	12
3.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	13
3.3.4.	Composição do EBITDA	14
3.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial	15
3.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	16
3.3.7.	Impostos	17
3.3.8.	Lucro Líquido	19
3.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	20
3.5.	Endividamento	21
3.6.	Empreendimentos de Grande Porte em Implantação	23
3.6.1.	Investimentos	24
3.6.2.	Premissas Divulgadas	25
3.6.3.	Status dos Projetos	26
3.7.	Resultado Societário (IFRS)	30
3.7.1.	Receita Líquida	30
3.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	32
3.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial	33
3.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	33
3.7.5.	Impostos	34
3.7.6.	Lucro Líquido	35
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
4.1.	Valor Residual	36
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	37
4.3.	DRE 3T25	38
4.4.	DRE 9M25	39
4.5.	DRE Regulatório 3T25 (Subsidiárias)	40
4.6.	DRE Regulatório 9M25 (Subsidiárias)	41
4.7.	DRE IFRS 3T25 (Subsidiárias)	42
4.8.	DRE IFRS 9M25 (Subsidiárias)	43
4.9.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório	44
4.10.	Balanço Patrimonial	45
4.11.	Fluxo de Caixa Regulatório	46
4.12.	Fluxo de Caixa IFRS	47

Resultados do 3º trimestre de 2025



1. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado						
R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	721,8	660,4	9,3%	2.080,2	1.971,0	5,5%
Parcela variável	1,2	(5,9)	-	(5,8)	(32,6)	-82,3%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	13,5%	1,1	0,9	20,6%
Receita operacional bruta	723,4	654,8	10,5%	2.075,5	1.939,3	7,0%
Deduções da receita bruta	(72,9)	(62,2)	17,1%	(205,8)	(191,2)	7,7%
Receita operacional líquida	650,5	592,5	9,8%	1.869,7	1.748,1	7,0%
Custos e Despesas	(101,7)	(105,0)	-3,1%	(289,5)	(298,5)	-3,0%
EBITDA	548,8	487,6	12,6%	1.580,1	1.449,6	9,0%
Mg. EBITDA	84,4%	82,3%	2,1 pp	84,5%	82,9%	1,6 pp
Depreciação e amortização	(131,3)	(86,9)	51,1%	(323,9)	(262,5)	23,4%
EBIT	417,5	400,6	0,6%	1.256,3	1.187,0	5,8%
Resultado de equivalência patrimonial	106,5	125,4	-15,1%	310,8	331,6	-6,3%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(227,0)	(210,5)	7,8%	(798,4)	(715,3)	11,6%
Resultado antes dos impostos e contribuições	297,0	315,5	-5,9%	768,7	803,4	-4,3%
Imposto de renda e contribuição social	26,3	(8,2)	-	42,3	(12,5)	-
Lucro líquido do exercício	323,3	307,3	5,2%	811,0	790,8	2,5%

Regulatório Consolidação Proporcional						
R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	996,0	924,3	7,8%	2.878,6	2.741,6	5,0%
Parcela variável	0,5	(8,1)	-	(7,5)	(35,3)	-78,7%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	13,5%	1,1	0,9	20,6%
Receita operacional bruta	996,9	916,5	8,8%	2.872,2	2.707,2	6,1%
Deduções da receita bruta	(97,5)	(86,1)	13,3%	(277,6)	(262,3)	5,8%
Receita operacional líquida	899,4	830,4	8,3%	2.594,6	2.444,9	6,1%
Custos e Despesas	(121,6)	(125,5)	-3,1%	(349,8)	(355,4)	-1,6%
EBITDA	777,8	704,9	10,3%	2.244,8	2.089,5	7,4%
Mg. EBITDA	86,5%	84,9%	1,6 pp	86,5%	85,5%	1,1 pp
Depreciação e amortização	(157,7)	(113,7)	38,7%	(402,0)	(341,7)	17,7%
EBIT	620,1	591,2	4,9%	1.842,8	1.747,8	5,4%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(292,0)	(254,1)	14,9%	(989,8)	(873,5)	13,3%
Resultado antes dos impostos e contribuições	328,1	337,0	-2,7%	853,0	874,3	-2,4%
Imposto de renda e contribuição social	8,8	(16,1)	-	(1,1)	(42,6)	-97,5%
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Lucro líquido do exercício	323,3	307,3	5,2%	811,0	790,8	2,5%

Endividamento			
R\$ MM	3T25	3T24	Var.%
Dívida Líquida	11.976,2	10.960,2	9,3%
Dívida Líquida/EBITDA	4,1	4,0	0,1 pp

Obs.: Visão Proporcional

Resultados do 3º trimestre de 2025



Resumo das Principais Explicações (3T25 x 3T24):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 9,8% é explicado pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.
Parcela Variável	Melhora de R\$ 7,1 MM se deve, principalmente, à reversão de provisões de anos anteriores e otimização dos desligamentos no trimestre.
OPEX	Redução de 3,1% no OPEX é motivada por eventos não recorrentes na linha de outras despesas, tanto no 3T24 quanto no 3T25, compensados em parte pelo reajuste salarial dos empregados via acordo coletivo e pelo aumento da linha de serviços de terceiros por gastos não recorrentes com consultorias estratégicas e administrativas.
D&A	Aumento de 51,1% refere-se, basicamente, à entrada em operação dos reforços de Novatrans e às unitizações de outros ativos.
Equivalência Patrimonial	Redução de 15,1% é explicada pelo aumento de despesas financeiras líquidas na TBE em função da alta do CDI, captações de Aimorés e Paraguaçu em junho de 2025, e pela contabilização retroativa no 3T24 da renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE). Estes efeitos foram compensados em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2025-2026, redução de despesas financeiras em Ivaí, e menor PV, principalmente em Aimorés.
Resultado Financeiro	Crescimento de 7,8% é resultado basicamente do aumento da dívida líquida, alta do CDI e do custo real da dívida.
IR/CS	Redução de R\$ 34,5 MM se deve, principalmente, à maior dedução de JCP distribuído nos períodos comparados e aumento dos benefícios fiscais gerado pelas empresas de lucro presumido, parcialmente compensados pela redução dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE.

* Para efeitos das explicações do Release de Resultados, definimos como "Receita de Transmissão de Energia" ou apenas "Receita de Transmissão" a receita de disponibilização do sistema de transmissão relativo ao reconhecimento da Receita Anual Permitida no resultado regulatório da Companhia.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 3.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados findo em 30 de setembro de 2025.

Resultados do 3º trimestre de 2025



2. VISÃO GERAL

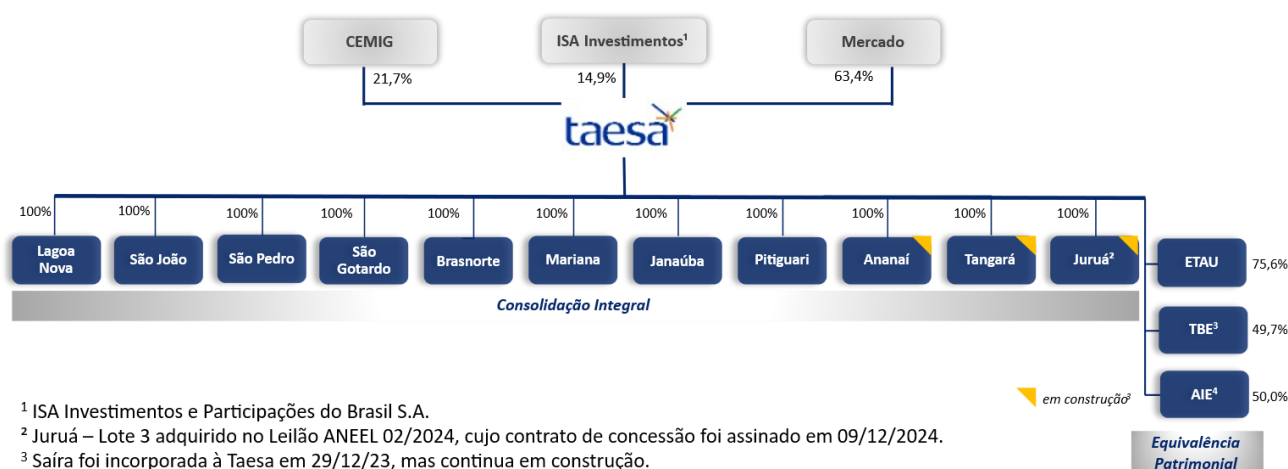
2.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrada a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra, enquanto a incorporação de Miracema foi celebrada em 30 de abril de 2024.

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Tangará, Saíra e Juruá) e 6 reforços de maior porte em 5 concessões (São Pedro, ATE, ATE III, EATE e ENTE). Vide status dos empreendimentos e reforços de grande porte na seção 3.6.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2024, nomeado de Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Juruá), cujo contrato de concessão foi assinado em 9 de dezembro de 2024.

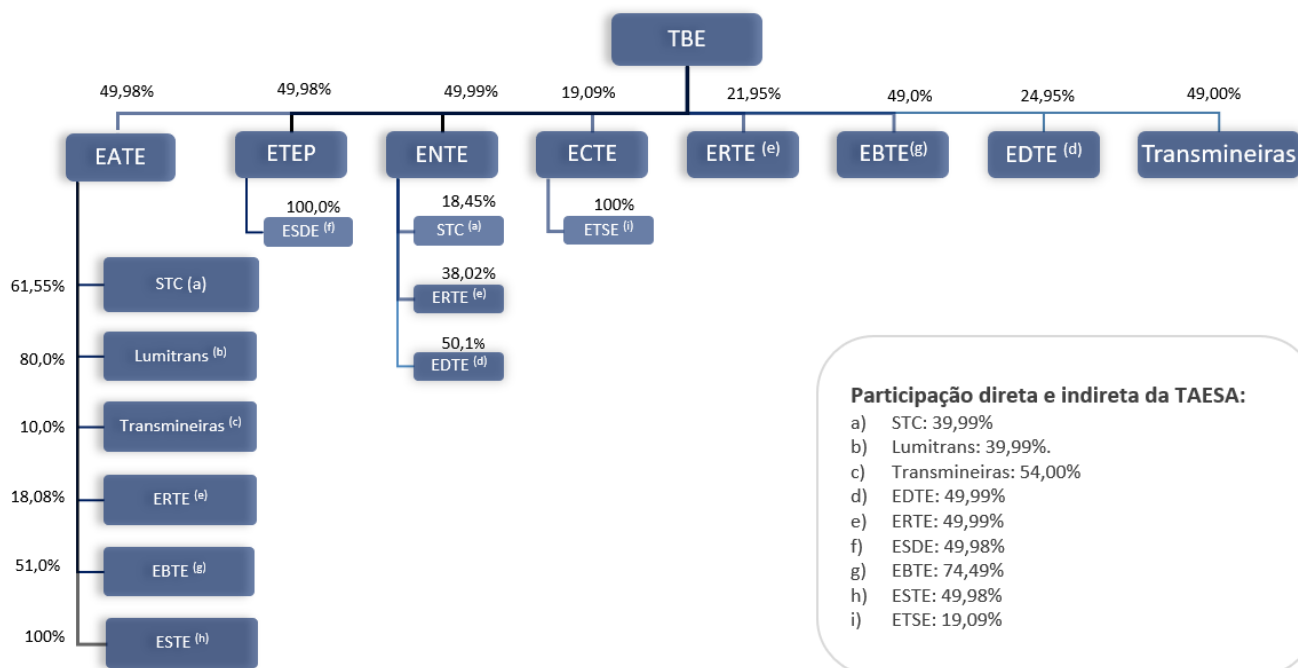
Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



Resultados do 3º trimestre de 2025

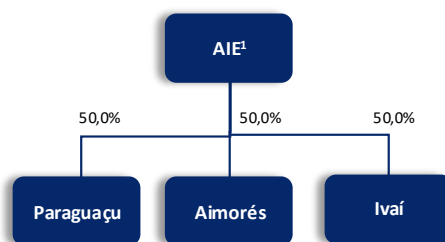


2.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

2.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil

Resultados do 3º trimestre de 2025



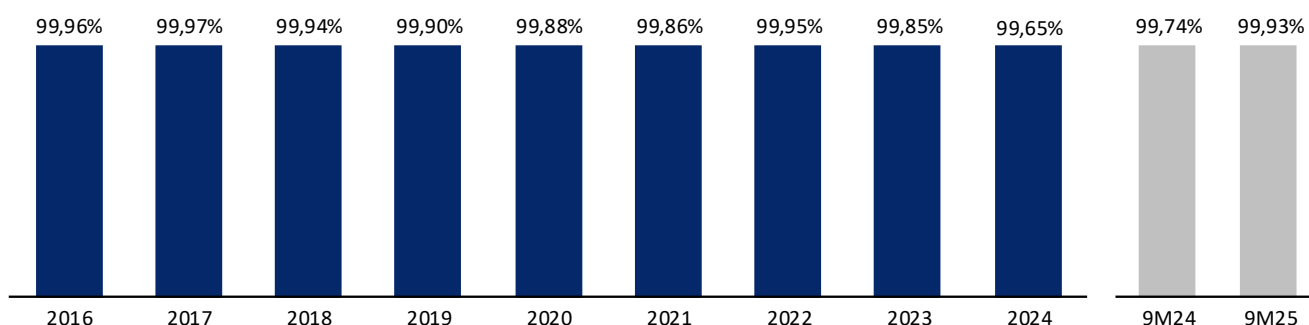
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

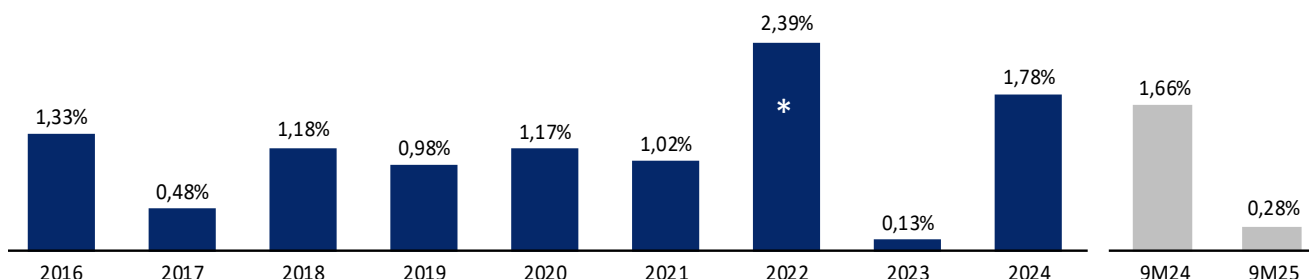
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela Receita de Transmissão, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada no 9M25 foi de R\$ 5,8 MM, equivalente a 0,28% da Receita de Transmissão do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; e (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido também em março de 2025.



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz- Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN).

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.2. Ciclo da RAP 2025-2026

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.481/2025 (“REH 3.481”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2025-2026, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T25. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de +7,03%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +5,32%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2025-2026 é de R\$ 4,4 bilhões, sendo 54,4% no nível da *holding*. A RAP operacional da TAESA para o ciclo 2025-2026 ficou em R\$ 4,0 bilhões, um crescimento de 8,7% em relação ao ciclo 2024-2025.

Além do reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 2025-2026 mencionado acima, tivemos os seguintes efeitos que impactam este ciclo: (i) entrada em operação de Pitiguari, dos reforços da Novatrans, EBTE e TSN; (ii) reposicionamento da RAP após processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica do ciclo anterior, que afetou Novatrans, TSN, Munirah, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Brasnorte, STC e São Pedro; (iii) reforços autorizados nas concessões EATE e ENTE em outubro de 2024; (iv) alteração da alíquota de PIS/COFINS para Miracema, Sant’Ana e Brasnorte; (v) adicional de RAP por seccionamento de LT na PATESA; (vi) correção de alíquota de PIS/COFINS pela ANEEL na Transirapé.

A REH 3.481 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se trata de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Com a conclusão do processo de fiscalização da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) publicada no ano de 2024, no qual a Companhia apresentou evidências comprobatórias para os investimentos de reforços, a ANEEL deu pleno reconhecimento dos investimentos realizados que culminaram em um adicional de RAP para estes reforços no volume total de R\$ 5,6 MM a partir do ciclo 2025-2026, além da adequação das Parcelas de Ajuste de Revisão e do reconhecimento dessa receita, referente ao ciclo tarifário desses reforços, com um ajuste no resultado do 2T25 (receita de transmissão) de R\$ 17,6 MM.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, cujos impactos mais relevantes são nas concessões Novatrans, TSN e São Pedro, com 4 ciclos remanescentes de ajuste.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2025-2026.

Resultados do 3º trimestre de 2025



(R\$ MM)		Ciclo					
		2025-2026					
		RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M	7,03%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA -	PA -	PA - Vida Útil
Reajuste:					Apuração e Outros Ajustes	Retroatividade	
Novatrans		549,7	-	549,7	(9,6)	(34,1)	(0,1)
TSN		521,6	-	521,6	(25,1)	(2,2)	-
Munirah		35,1	-	35,1	0,5	0,5	
GTESA		9,1	-	9,1	(0,3)	-	
PATESA		28,5	-	28,5	(0,7)	-	-
ETAU ¹		40,5	-	40,5	(2,2)	-	4,4
ETEO		162,9	-	162,9	(5,1)	0,1	0,1
NTE		142,3	-	142,3	(5,2)	(0,2)	-
STE		79,3	-	79,3	(2,9)	(0,0)	-
ATE I		137,8	18,7	156,5	(4,9)	0,1	-
ATE II		215,9	-	215,9	(7,9)	0,1	-
EATE ¹⁴		202,2	24,0	226,2	(7,4)	0,0	-
ETEP ¹		45,4	-	45,4	(1,7)	0,0	-
ENTE ¹⁴		104,0	10,4	114,4	(3,8)	(0,0)	-
ECTE ¹		16,8	-	16,8	(0,6)	-	-
ERTE ¹		23,8	-	23,8	(0,9)	-	-
Lumitrans ¹		9,8	-	9,8	(0,4)	-	-
Transleste ¹		20,4	-	20,4	(0,7)	-	-
Transirapé ¹		25,0	-	25,0	(1,7)	0,1	-
Transudeste ¹		12,6	-	12,6	(0,5)	-	-
Subtotal		2.382,8	53,1	2.435,9	(81,0)	(35,6)	4,4
IPCA	5,32%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA -	PA -	PA - Vida Útil
Reajuste:					Apuração e Outros Ajustes	Retroatividade	
ATE III ³		103,8	6,7	110,5	(3,5)	(0,3)	0,3
São Gotardo		7,9	-	7,9	(0,0)	-	-
Mariana		23,9	-	23,9	(0,9)	0,7	-
Miracema		104,2	-	104,2	(3,4)	0,3	-
Janaúba		293,0	-	293,0	(10,4)	-	-
Aimorés ¹		59,9	-	59,9	(2,0)	-	-
Paraguaçu ¹		89,5	-	89,5	(3,0)	-	-
Brasnorte		42,2	-	42,2	(2,4)	(0,3)	
STC ¹³		16,2	-	16,2	(0,8)	-	-
EBTE ¹		63,9	-	63,9	1,3	0,1	-
ESDE ¹		10,0	-	10,0	(0,2)	-	-
ETSE ¹		7,5	-	7,5	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹		84,7	-	84,7	(3,1)	-	-
Ivaí ¹		217,8	-	217,8	(8,0)	-	-
EDTE ¹		52,4	-	52,4	(1,9)	-	-
Sant'Ana		93,0	-	93,0	(2,9)	-	-
São João		70,5	-	70,5	(2,5)	-	-
São Pedro		84,0	11,7	95,7	(2,4)	4,3	-
Lagoa Nova		17,7	-	17,7	(0,9)	-	-
Ananai ²		-	171,1	171,1	-	-	-
Pitiguari		23,4	-	23,4	(0,1)	-	-
Tangará ²		-	108,3	108,3	-	-	-
Saíra ²		137,5	54,3	191,7	(8,5)	-	-
Juruá ²		-	19,6	19,6	-	-	-
Subtotal		1.603,2	371,7	1.974,9	(55,8)	5,0	0,3
Total ¹		3.986,0	424,7	4.410,7	(136,8)	(30,6)	4,7

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da Taesa

² Em Construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Reforços da TBE (REA.15573/2024)

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3. Resultado Regulatório

3.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 3T25 alcançou R\$ 650,5 MM, 9,8% maior que o registrado no 3T24, explicada principalmente pelo aumento da Receita de Transmissão em função da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, redução da Parcela Variável, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.

A Receita Líquida Regulatória no 9M25 somou R\$ 1.869,7 MM, apresentando um aumento anual de 7,0%.

O aumento na linha da Receita de Transmissão de 9,3% entre o 3T25 e o 3T24 é explicado principalmente pelo (i) reajuste inflacionário do ciclo RAP 2025-2026 em +7,03% para os contratos de categoria 2 (IGP-M) e +5,32% para os contratos de categoria 3 (IPCA), (ii) entrada dos reforços de Novatrans e início da operação de Pitiguari, (iii) maiores cotas de CDE e PROINFA nas concessões GTESA e ATE III, e (iv) aumento da receita em função do processo fiscalizatório da RTP do ciclo anterior.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma melhora de R\$ 7,1 MM na comparação entre os períodos em função, principalmente, de (i) reversão de provisões de anos anteriores no 3T25 nas concessões ATE III, Novatrans e TSN no valor total de R\$ 4,0 MM, (ii) PATESA: provisão no 3T34 por desligamento automático na LT 230 kV Paraíso / Lagoa Nova II e na LT 230 kV Lagoa Nova II / Açu III, ocorrido em agosto de 2024, e (iii) São Pedro: provisão por desligamento automático LT 230 kV Bom Jesus II / Eliseu Martins - C1, ocorrido em agosto de 2024.

O aumento nas deduções da receita de 17,1% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, pelo (i) aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na Receita de Transmissão e da maior participação de receitas tributadas à alíquota de 9,25% e (ii) aumento dos encargos setoriais, CDE e PROINFA.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Receita de Transmissão	721,8	660,4	9,3%	2.080,2	1.971,0	5,5%
Parcela Variável	1,2	(5,9)	n/a	(5,8)	(32,6)	-82,3%
Receita do Serviço	723,0	654,5	10,5%	2.074,4	1.938,4	7,0%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	13,5%	1,1	0,9	20,6%
Receita operacional bruta	723,4	654,8	10,5%	2.075,5	1.939,3	7,0%
PIS e COFINS	(43,6)	(35,3)	23,5%	(124,2)	(111,0)	11,9%
ISS	(0,1)	(0,1)	26,7%	(0,3)	(0,3)	33,5%
ICMS	(0,3)	(0,1)	395,7%	(0,4)	(0,1)	419,3%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28,9)	(26,8)	7,7%	(80,9)	(79,8)	1,3%
Total Deduções	(72,9)	(62,2)	17,1%	(205,8)	(191,2)	7,7%
Receita operacional líquida	650,5	592,5	9,8%	1.869,7	1.748,1	7,0%

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 233,0 MM no 3T25, 21,4% maior quando comparado ao 3T24. Os custos de PMSO somaram R\$ 101,7 MM, registrando uma queda anual de 3,1%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização nos primeiros nove meses do ano alcançaram R\$ 613,4 MM, 9,3% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram R\$ 289,5 MM, registrando uma queda anual de 3,0%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Pessoal	(66,4)	(63,9)	3,9%	(192,4)	(192,5)	0,0%
Material	(2,5)	(2,5)	-2,7%	(5,9)	(5,8)	0,5%
Serviço de terceiros	(30,5)	(25,9)	17,6%	(74,3)	(73,5)	1,0%
Outros	(2,4)	(12,6)	-81,4%	(17,0)	(26,7)	-36,2%
Total	(101,7)	(105,0)	-3,1%	(289,5)	(298,5)	-3,0%
Depreciação e amortização	(131,3)	(86,9)	51,1%	(323,9)	(262,5)	23,4%
Total	(233,0)	(191,9)	21,4%	(613,4)	(561,0)	9,3%

- **Pessoal:**

O aumento de 3,9% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2025 em +5,32% (IPCA), (ii) méritos e promoções, e (iii) entrada em operação de Pitiguari. Estes efeitos foram parcialmente compensados por reversão de provisão de PLR de anos anteriores, não recorrente, no valor de R\$ 4,3 MM.

- **Material:**

Os gastos com Material permaneceram praticamente em linha com o mesmo período de 2024.

- **Serviços de terceiros:**

O aumento de 17,6% na comparação entre o 3T25 e o 3T24 foi influenciada, principalmente, por (i) maiores gastos, não recorrentes, com consultorias estratégicas e administrativas com foco no planejamento estratégico, reestruturação e clima organizacional e centro de serviços compartilhados (CSC), no total de aproximadamente R\$ 4,6 MM, e (ii) maiores despesas com viagens no 3T25. Esses efeitos foram compensados, em parte, por menores gastos com manutenção de equipamentos e estradas de acesso, resultado de iniciativas de eficiência.

- **Outros:**

A redução de R\$ 10,2 MM no 3T25 se deve, principalmente, por (i) provisão, não recorrente, de R\$ 7,5 MM relativo à baixa de inventário de materiais realizada no 3T24, e (ii) eventos não recorrentes no 3T25 no valor de R\$ 5,2 MM relativos, principalmente, à venda e regularização de ativos. Estes efeitos foram compensados majoritariamente pelo aumento de provisão de contingências trabalhistas registradas no trimestre.

Resultados do 3º trimestre de 2025



Segue tabela abaixo com os custos e despesas recorrentes:

Custos e Despesas Recorrentes - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Pessoal	(66,4)	(63,9)	3,9%	(193,7)	(190,8)	1,5%
Material	(2,5)	(2,5)	-2,7%	(5,9)	(5,8)	0,5%
Serviço de terceiros	(25,9)	(25,9)	-0,1%	(69,7)	(69,4)	0,4%
Outros	(7,5)	(5,1)	48,1%	(22,0)	(13,5)	63,2%
Total	(102,3)	(97,4)	5,0%	(291,3)	(279,5)	4,2%

O aumento de 51,1% na linha de depreciação e amortização na comparação entre os trimestres refere-se, basicamente, à entrada em operação dos reforços de Novatrans e à unitização de outros ativos.

3.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 3T25 atingiu R\$ 548,8 MM, 12,6% maior que o registrado no 3T24, e a margem EBITDA atingiu 84,4% (+2,1pp versus 3T24). O desempenho do EBITDA e margem EBITDA é explicado pelo (i) aumento da receita líquida em função da entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, (ii) o reajuste inflacionário do IPCA (+5,3%) e do IGP-M (7,0%) no ciclo 2025-2026 da RAP, (iii) menor Parcela Variável, e (iv) redução dos custos e despesas operacionais, especificamente na linha de Outros.

Desconsiderando os eventos não-recorrentes dos períodos analisados, o EBITDA apresentou um crescimento de 10,0% na comparação com o EBITDA ajustado do 3T24 (R\$ 495,1 MM) e uma margem EBITDA de 84,2% (+0,6pp versus 3T24).

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita líquida	650,5	592,5	9,8%	1.869,7	1.748,1	7,0%
Custos e despesas	(101,7)	(105,0)	-3,1%	(289,5)	(298,5)	-3,0%
EBITDA	548,8	487,6	12,6%	1.580,1	1.449,6	9,0%
Margem EBITDA	84,4%	82,3%	2,1 pp	84,5%	82,9%	1,6 pp

Ajustes mencionados

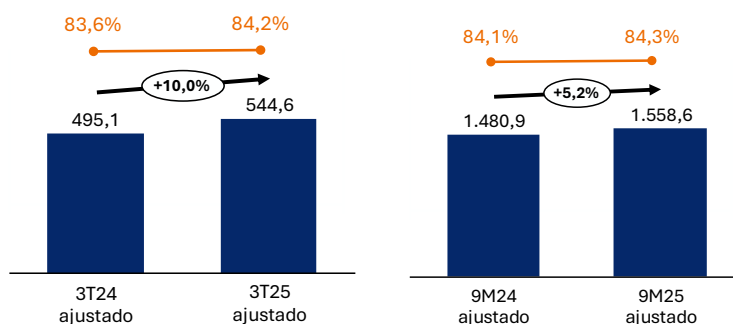
R\$ MM	3T25	3T24	9M25	9M24
Receita de Transmissão	-	-	17,6	-
Parcela Variável	4,0	-	4,0	(13,4)
Custos e despesas	0,6	(7,5)	1,8	(19,0)

EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)⁽¹⁾

R\$ MM	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita líquida	646,8	592,5	9,2%	1.849,9	1.760,4	5,1%
Custos e despesas	(102,3)	(97,4)	5,0%	(291,3)	(279,5)	4,2%
EBITDA	544,6	495,1	10,0%	1.558,6	1.480,9	5,2%
Margem EBITDA	84,2%	83,6%	0,6 pp	84,3%	84,1%	0,1 pp

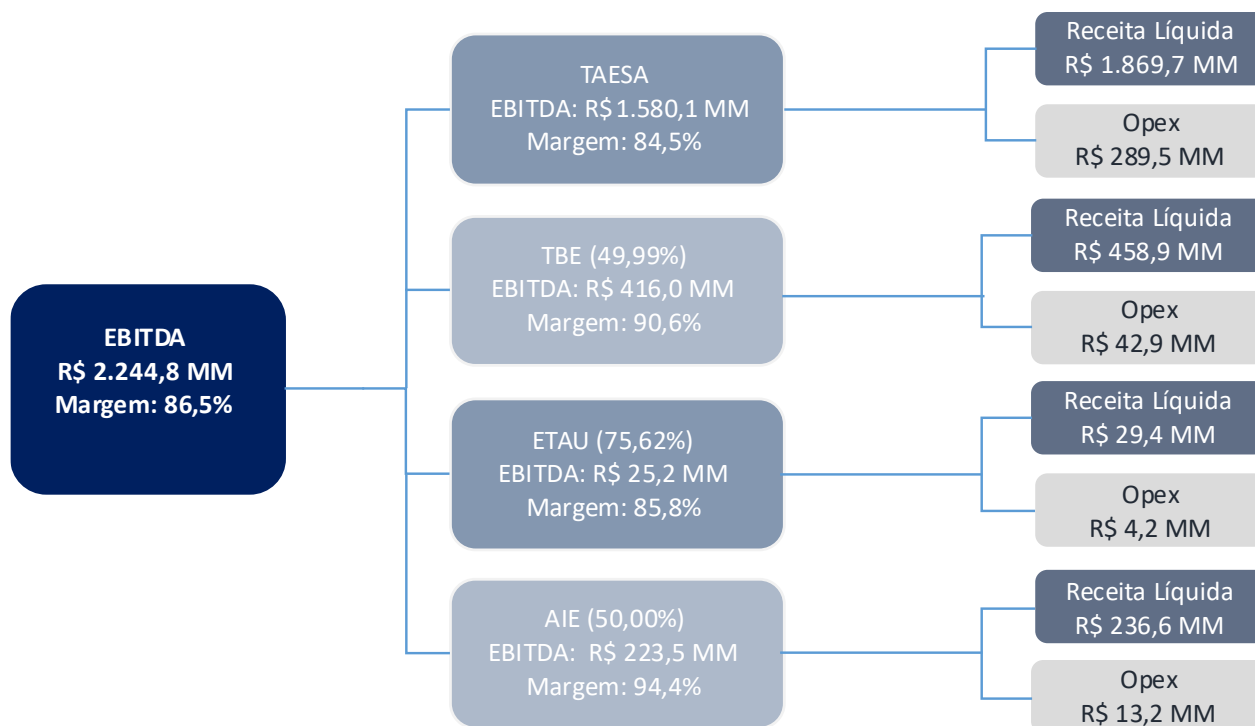
(1) O EBITDA ajustado do 3T25 exclui reversão de provisões de PV de anos anteriores e custos e despesas não recorrentes nas linhas de Serviços de Terceiros e Outros. Para maiores detalhes sobre eventos não recorrentes dos trimestres anteriores, vide os Releases de Resultados dos respectivos trimestres.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no 9M25 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T25 totalizou R\$ 106,5 MM, 15,1% menor que o registrado no 3T24. Nos primeiros nove meses de 2025, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 310,8 MM, 6,3% menor que o registrado no 9M24.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
ETAU	7,8	6,7	16,7%	22,0	38,2	-42,4%
TBE	83,2	95,0	-12,5%	240,5	240,2	0,1%
Aimorés	7,1	9,0	-21,1%	26,5	28,5	-7,1%
Paraguaçu	9,0	14,7	-38,6%	38,4	42,3	-9,3%
Ivaí	13,1	13,7	-4,3%	24,4	23,3	4,3%
Resultado das Controladas	120,2	139,0	-13,6%	351,7	372,6	-5,6%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	106,5	125,4	-15,1%	310,8	331,6	-6,3%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T25 apresentou uma queda de 15,1% na comparação com 3T24, explicado principalmente pelo (i) aumento de despesas financeiras em função da alta do CDI, impactando a TBE, e das captações de Aimorés e Paraguaçu emitidas em junho de 2025, e (ii) contabilização retroativa de IRPJ no 3T24 referente à renovação do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE). Estes efeitos foram compensados pelo (i) reajuste inflacionário no ciclo da RAP 2025-2026, (ii) aumento da receita financeira pela alta do CDI, (iii) redução de despesas financeiras em Ivaí devido à queda do IPCA, e (iv) redução de PV, majoritariamente em Aimorés.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 227,0 MM no 3T25, 7,8% maior que o registrado no 3T24. Nos primeiros 9 meses de 2025, a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 798,4 MM, 11,6% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro Regulatório

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Receitas Financeiras	45,0	22,8	97,4%	97,8	78,5	24,6%
Renda de aplicação financeira	41,1	19,6	109,7%	85,4	71,8	18,9%
Outras Receitas financeiras	3,8	3,2	21,0%	12,4	6,7	86,5%
Despesas Financeiras	(271,9)	(233,3)	16,5%	(896,2)	(793,8)	12,9%
Juros incorridos	(260,5)	(194,6)	33,9%	(689,0)	(575,7)	19,7%
Variações monetárias e cambiais	(18,3)	(30,1)	-39,3%	(209,4)	(196,6)	6,5%
Ajuste ao valor justo	(2,5)	(0,0)	n/a	(2,5)	(0,0)	n/a
Marcação a Mercado	2,5	-	0,0%	2,5	-	0,0%
Outras despesas/receitas financeiras	6,9	(8,6)	n/a	2,2	(21,5)	n/a
Total Regulatório	(227,0)	(210,6)	7,8%	(798,4)	(715,3)	11,6%

O aumento anual de R\$ 22,2 MM nas receitas financeiras ocorreu, principalmente, em função do maior caixa médio, do aumento do CDI (+3,65% no 3T25 *versus* +2,59% no 3T24), impactando a renda de aplicação financeira.

O aumento de 33,9% entre o 3T25 e o 3T24 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, à alta do CDI conforme mencionado acima, ao aumento do volume médio da dívida em CDI em função dos juros incorridos da ponta passiva do *swap* da 18ª emissão de debêntures da Companhia (CDI) a partir de julho de 2025, e ao aumento do *spread* médio das dívidas em IPCA.

A redução anual de 39,3% na linha de variações monetárias e cambiais é explicada principalmente pelos menores IPCA (+0,04% no 3T25 vs. +0,34% no 3T24) e IGP-M (-0,05% no 3T25 vs. +1,53% no 3T24) registrados entre os trimestres, além da contração do volume médio da dívida em IGP-M. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela variação cambial de NDFs (*Non-Deliverable Forward*) contratados para Saíra e Juruá.

O valor negativo de R\$ 2,5 MM na linha de Ajuste a Valor Justo do 3T25 é explicado pela marcação a mercado (MTM) da ponta ativa do *swap* da 18ª emissão de debêntures da Companhia (IPCA) a partir de julho de 2025. Já o valor positivo de R\$ 2,5 MM na linha de Marcação a Mercado do 3T25 é explicado pelo MTM da 18ª emissão de debêntures da Companhia também a partir de julho de 2025 quando esta operação foi liquidada. O efeito líquido entre essas duas linhas é nulo como resultado do tratamento contábil do *swap* (designação do *hedge account* a valor justo).

A linha de outras despesas financeiras melhorou em R\$ 15,5 MM em função de (i) atualização de créditos tributários e (ii) atualização de ativos e passivos regulatórios, basicamente em função da correção de saldos das Parcelas de Ajustes de Retroatividade.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.3.7. Impostos

A redução anual de R\$ 34,5 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecido no resultado no regulatório entre o 3T25 e o 3T24 é explicada, principalmente, pela maior dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído nos trimestres e pelo aumento dos benefícios fiscais gerados pelas empresas de lucro presumido em função do novo ciclo da RAP 2025-2026, que foram parcialmente compensados pela redução dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE devido à menor base tributável do lucro da exploração.

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Lucro antes dos impostos (EBT)	297,0	315,5	-5,9%	768,7	803,4	-4,3%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(106,5)	(125,4)	-15,1%	(310,8)	(331,6)	-6,3%
Base excluindo EP	190,5	190,1	0,2%	457,9	471,7	-2,9%
Dedução - JCP distribuído	(220,1)	(118,2)	86,2%	(408,4)	(263,1)	55,2%
Lucro Tributável	(29,6)	71,9	-	49,5	208,7	-76,3%
IRCS (alíquota 34%)	10,1	(24,5)	-	(16,8)	(70,9)	-76,3%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	12,6	7,9	59,8%	29,0	35,1	-17,3%
Benefício SUDAM/SUDENE	3,3	7,7	-57,4%	6,6	23,6	-72,1%
Outros	0,4	0,7	-49,9%	23,5	(0,3)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	26,3	(8,2)	-	42,3	(12,5)	-
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-13,8%	4,3%	-18,1 pp	-9,2%	2,7%	-11,9 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-47,8%	-29,7%	-43,2%	-31,3%
JCP	-39,3%	-21,1%	-30,3%	-19,0%
Lucro Presumido	-6,6%	-4,1%	-6,3%	-7,4%
SUDAM/SUDENE	-1,7%	-4,0%	-1,4%	-5,0%
Outros	-0,2%	-0,4%	-5,1%	0,1%
Alíquota Efetiva	-13,8%	4,3%	-9,2%	2,7%

Resultados do 3º trimestre de 2025



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (Receita de Transmissão) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

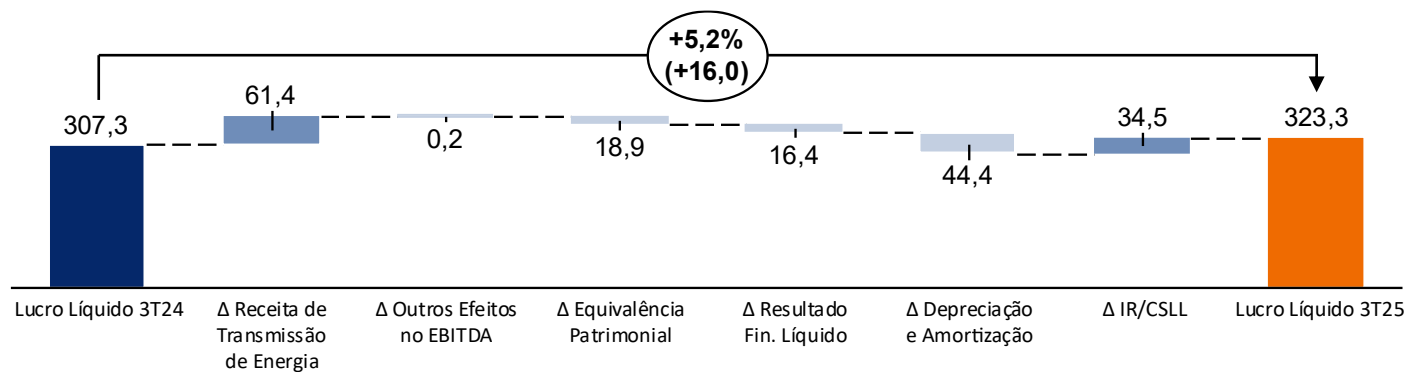
Resultados do 3º trimestre de 2025



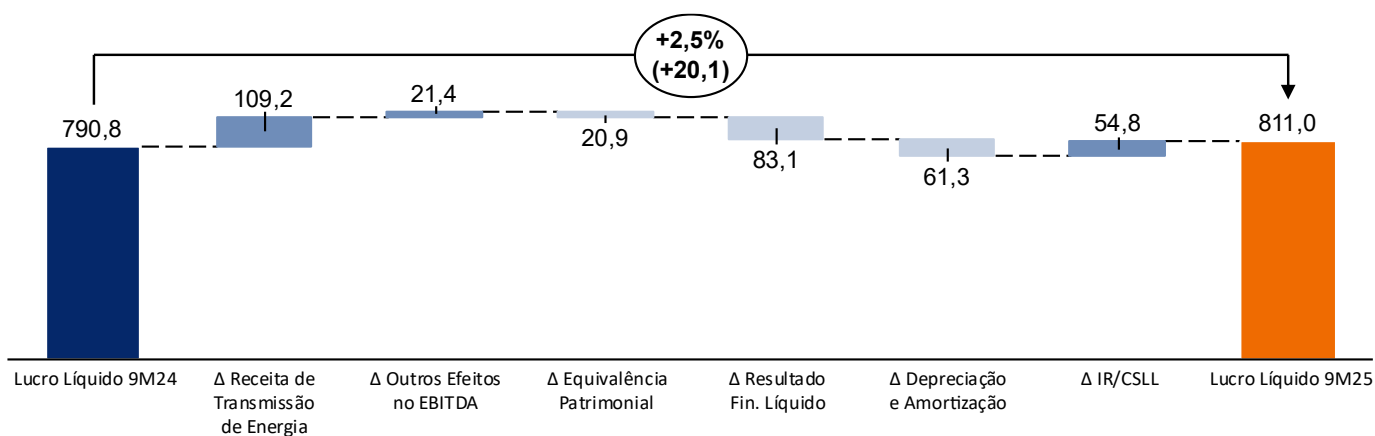
3.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 323,3 MM no 3T25, apresentando um aumento anual de 5,2%. No 9M25, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 811,0 MM, 2,5% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 3T25:



Lucro Líquido Regulatório – 9M25:



Resultados do 3º trimestre de 2025



3.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2024, dos quais: (i) R\$ 783,5 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 598,6 MM em proventos pagos ao longo de 2024 e início de 2025, sendo R\$ 197,8 MM em dividendos intercalares e R\$ 400,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 301,5 MM (R\$ 0,88 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes a serem pagos em duas parcelas: (i) R\$ 190,6 MM (R\$ 0,55 / Unit) em 28 de maio de 2025, e (ii) R\$ 110,9 MM (R\$ 0,32 / Unit) em 27 de novembro de 2025. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2024 foi R\$ 900,1 MM (R\$ 2,61 / Unit), representando um payout de 90,8% do lucro líquido regulatório.

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 188,3 MM (R\$ 0,55 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2025. O pagamento ocorreu no dia 27 de agosto de 2025, a partir da data base de 12 de maio de 2025.

Em 13 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 2T25, no montante de R\$ 299,4 MM (R\$ 0,87 / Unit), sendo R\$ 220,1 MM (R\$ 0,64 / Unit) a título de JCP e R\$ 79,3 MM (R\$ 0,23 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2025, a partir da data base de 18 de agosto de 2025.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 3T25, no montante de R\$ 323,3 MM (R\$ 0,94 / Unit), sendo R\$ 144,5 MM (R\$ 0,42 / Unit) a título de JCP e R\$ 178,8 MM (R\$ 0,52 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no terceiro trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 28 de janeiro de 2026, a partir da data base de 14 de novembro de 2025.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.5. Endividamento

No 3T25, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 10.459,6 MM, 0,5% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.113,6 MM, registrando um aumento de 23,4% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.346,0 MM, 1,7% menor que o 2T25.

R\$ MM

Dívida Líquida	3T25	% Dív Bruta	2T25	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.191,4	11,4%	1.956,6	18,8%	-39,1%
Cesta de Moedas	(3,0)	0,0%	(5,7)	-0,1%	-46,8%
CDI	561,4	5,4%	936,2	9,0%	-40,0%
IPCA	633,4	6,1%	1.021,9	9,8%	-38,0%
IGP-M	(0,3)	0,0%	4,1	0,0%	-106,4%
Longo Prazo	9.268,1	88,6%	8.452,0	81,2%	9,7%
Cesta de Moedas	(1,9)	0,0%	(1,0)	0,0%	92,6%
CDI	2.450,2	23,4%	2.474,1	23,8%	-1,0%
IPCA	6.506,5	62,2%	5.662,2	54,4%	14,9%
IGP-M	313,3	3,0%	316,7	3,0%	-1,1%
Endividamento Total	10.459,6	100,0%	10.408,6	100,0%	0,5%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.113,6)		(902,3)		23,4%
(=) Dívida Líquida	9.346,0		9.506,3		-1,7%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O aumento de 23,4% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela 18ª emissão de debêntures da TAESA no valor de R\$ 800 MM, pela geração de caixa e recebimento de dividendos das participadas. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 1,0 bilhão em juros e amortização referente a 5ª, 7ª, 11ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões de debêntures da TAESA e Swap Citibank, (ii) R\$ 516,7 MM em Capex no trimestre, e (iii) R\$ 188,3 MM em proventos pagos em agosto de 2025.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 13.328,6 MM e o caixa de R\$ 1.352,4 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.331,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 98,1 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 7,6 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.537,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 133,2 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,1x no 3T25, em linha ao valor registrado no 2T25 (4,1x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	10.459,6	1.113,6	9.346,0
ETAU (75,6%)	0,0	7,6	-7,6
TBE (49,99%)	1.331,2	98,1	1.233,1
AIE (50%)	1.537,8	133,2	1.404,7
TOTAL	13.328,6	1.352,4	11.976,2

Resultados do 3º trimestre de 2025



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Série	Índice	Valor da Emissão	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Emissão	Vencimento	Amortização	Cupons por Ano
TAESA	6ª Debêntures	1ª série	CDI	850,000	443,647	50,404	108% CDI	AAA.br	mai/2019	Mai/2026	Bullet	2
		2ª série	IPCA	210,000	286,002	6,088	IPCA + 5,50%	AAA.br	mai/2019	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	Única	IPCA	508,960	862,769	1,697	IPCA + 4,50%	AAA.br	out/2019	Set/2044	anual	1
	8ª Debêntures	Única	IPCA	300,000	380,018	5,480	IPCA + 4,7742%	AAA.br	jan/2020	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	1ª série	CDI	650,000	646,861	40,011	CDI + 1,70%	AAA(bra)	mai/2021	Mai/2028	Bullet	2
		2ª série	IPCA	100,000	125,711	2,327	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	mai/2021	Mai/2036	3ª, 4ª e 5ª ano	2
	11ª Debêntures	2ª série	CDI	650,000	433,091	14,656	CDI + 1,36%	AAA(bra)	fev/2022	Mai/2027	Anual	2
		1ª série	IPCA	630,783	714,011	18,414	IPCA + 5,60%	AAA.br	mai/2022	Abri/2029	Bullet	2
	12ª Debêntures	2ª série	IPCA	300,410	334,297	9,001	IPCA + 5,75%	AAA.br	mai/2022	Abri/2032	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		3ª série	IPCA	318,807	355,442	9,716	IPCA + 5,85%	AAA.br	mai/2022	Abri/2037	13ª, 14ª e 15ª ano	2
		1ª série	IPCA	327,835	347,760	895	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	set/2023	Set/2033	Bullet	2
	14ª Debêntures	2ª série	IPCA	86,261	83,450	243	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	set/2023	Set/2035	Bullet	2
		3ª série	IPCA	385,904	411,294	1,122	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	set/2023	Set/2038	13ª, 14ª e 15ª ano	2
		1ª série	CDI	1,000,000	993,660	6,357	CDI + 0,63%	AAA(bra)	abr/2024	Mai/2028	Bullet	2
	15ª Debêntures	2ª série	IGP-M	300,000	312,229	791	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	abr/2024	Mai/2034	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		Única	CDI	400,000	398,997	2,529	CDI + 0,55%	AAA(bra)	set/2024	Set/2031	6ª e 7ª ano	2
	16ª Debêntures	Única	IPCA	650,000	645,038	32,921	IPCA + 7,1690%	AAA.br	jan/2025	Jan/2040	13ª, 14ª e 15ª ano	2
	17ª Debêntures	1ª série	IPCA	400,000	389,740	3,881	IPCA + 7,1499%	AAA.br	jul/2025	Jul/2032	6ª e 7ª ano	2
		2ª série	IPCA	400,000	389,740	3,289	IPCA + 7,0564%	AAA.br	jul/2025	Jul/2035	8ª, 9ª e 10ª ano	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	Única	IPCA	100,000	130,801	0	IPCA + 3,995%	-	ago/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	100,000	130,802	0	IPCA + 3,99%	-	ago/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	Única	IPCA	50,000	65,345	0	IPCA + 3,94%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	Única	IPCA	50,000	65,254	0	IPCA + 3,91%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	50,000	65,041	0	IPCA + 3,66%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	Única	IPCA	50,000	65,040	0	IPCA + 3,59%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2
	SWAP 18ª Emissão	1ª série	CDI	400,000	7,191	0	CDI - 0,7306%	-	jul/2025	Jul/2032	Anual	2
	SWAP 18ª Emissão	2ª série	CDI	400,000	7,745	0	CDI - 0,7862%	-	jul/2025	Jul/2035	Anual	2
	Non-Deliverable Foward (NDF)	Única	-	142,619	-4,883	-	-	-	Jul/2023	Abr/2026	Bullet	-
Janaúba	1ª Debêntures	Única	IPCA	224,000	228,234	2,245	IPCA + 4,5%	-	fev/2019	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	Única	IPCA	575,000	876,362	12,721	IPCA + 4,8295%	-	dez/2019	Dez/2044	Anual	2
Lagoa Nova	Financiamento BNB	Única	IPCA	62,750	42,428	1,665	IPCA + 2,109%	-	jan/2019	Mai/2038	Mensal	12
EATE	10ª Debêntures	Única	CDI	110,000	54,882	3,656	CDI + 1,8%	-	mai/2022	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	11ª Debêntures	Única	CDI	310,000	154,584	1,535	CDI + 1,65%	-	dez/2023	Dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12
	12ª Debêntures	Única	CDI	255,000	127,051	1,201	CDI + 0,89%	-	set/2024	Set/2029	4ª e 5ª ano	1
	13ª Debêntures	1ª série	CDI	87,000	43,371	1,821	CDI + 0,67%	-	jun/2025	Jun/2030	3ª, 4ª e 5ª ano	2
EBTE	4ª Debêntures	2ª série	CDI	87,000	122,916	3,337	IPCA + 7,4512%	-	jun/2025	Jun/2030	4ª e 5ª ano	2
		Única	CDI	25,000	33,447	2,229	CDI + 1,8%	-	abr/2021	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
EDTE	2ª Debêntures	Única	IPCA	50,000	125,730	58,946	IPCA + 5,29%	-	jun/2025	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	7ª Debêntures	Única	CDI	60,000	11,432	762	CDI + 1,8%	-	mai/2022	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	8ª Debêntures	Única	CDI	194,580	35,834	339	CDI + 0,89%	-	set/2024	Set/2029	Trimestral	4
	9ª Debêntures	Única	CDI	50,000	9,506	400	CDI + 0,67%	-	jun/2025	Jun/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano	2
ENTE	5ª Debêntures	Única	CDI	631,628	14,958	997	CDI + 1,8%	-	dez/2019	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	6ª Debêntures	Única	CDI	30,000	24,915	248	CDI + 1,65%	-	mai/2022	Dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12
	7ª Debêntures	Única	CDI	50,000	23,381	138	CDI + 0,89%	-	dez/2023	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ETEP	4ª Debêntures	Única	CDI	47,000	12,488	981	CDI + 1,9%	-	set/2024	Abr/2026	4ª e 5ª ano	2
	5ª Debêntures	Única	CDI	25,000	17,452	1,163	CDI + 1,8%	-	abr/2021	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	6ª Debêntures	Única	CDI	35,000	48,799	462	CDI + 0,89%	-	mai/2022	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ESTE	1ª Debêntures	Única	IPCA	254,363	306,194	6,276	IPCA + 4,5%	-	dez/2018	Dez/2044	Semestral	2
TRANSIRAPÉ	BDMG	Única	pré-fix	1,824	928	83	TJLP + 3,5%	-	out/2014	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	Única	CDI	25,000	13,491	1,060	CDI + 1,9%	-	abr/2021	Abr/2026	4 e 5ª ano	2
IVAÍ	1ª Debêntures	Única	IPCA	2,364,612	1,160,418	14,797	IPCA + 4,9982%	-	dez/2019	Dez/2043	Semestral	2
AIMORÉS	1ª Debêntures	1ª série	CDI	201,000	100,264	3,979	CDI + 0,50%	-	jun/2025	Jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	49,000	24,264	976	CDI + 0,59%	-	jun/2025	Jun/2032	6ª e 7ª ano	2
PARAGUAÇU	1ª Debêntures	1ª série	CDI	364,000	181,601	7,205	CDI + 0,50%	-	jun/2025	Jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	86,000	42,601	1,713	CDI + 0,59%	-	jun/2025	Jun/2032	6ª e 7ª ano	2
Total					12,985,235	343,344						

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.6. Empreendimentos de Grande Porte em Implantação

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em implantação com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 490,7 MM (ciclo RAP 2025-2026) – uma parte dessa RAP já em operação (R\$ 137,5 MM de Saíra) – e seis reforços de grande porte com um investimento total ANEEL de R\$ 393,9 MM e uma RAP autorizada de R\$ 71,5 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	171,1	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	108,3	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	191,7	1.176	mar/23	mar/28	Em andamento (~72% de RAP habilitada)
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá (Lote 3)	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	19,6	244,0	dez/24	jun/28	Em andamento
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	6,4 5,3	40,9 34,6	abri/23 mar/24	nov/25 set/26	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	18,7	80,9	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	6,7	41,8	mar/24	mar/26	Em andamento
REA nº 15.573/2024	EATE	927km / Pará e Maranhão	49,98% TAESA	24,0	136,5	out/24	dez/27	Em andamento
REA nº 15.573/2024	ENTE	459 km / Pará e Maranhão	49,99% TAESA	10,4	59,2	out/24	jun/29	Em andamento
TOTAL		7036 km		R\$ 562,2	R\$ 4.681			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.6.1. Investimentos

No 9M25, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.297,1 MM contra R\$ 683,5 MM investidos no 9M24, referentes aos empreendimentos em implantação. O aumento de R\$ 613,6 MM entre os períodos comparados se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos Tangará, Ananaí e Saira (2ª fase) e nos reforços de ATE, São Pedro, e ATE III. Estes efeitos foram compensados por menores investimentos nos empreendimentos de Pitiguari e nos reforços de Novatrans e TSN em função das energizações ocorridas entre novembro 2024 e setembro de 2025.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

Projetos em construção – proporcional à participação da AESA												
R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										9M25	TOTAL
	2015-2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
Mariana	25,9	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	176,5	
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	268,6	
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	974,2	
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	208,6	
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	363,4	
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	1.174,5	
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	303,4	
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	191,6	
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	694,2	
Ananaí	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	400,8	1.393,6	
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	147,5	43,4	222,3	
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	493,2	792,6	
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	214,4	1.201,8	
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,5	
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	15,4	231,9	
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	20,0	106,1	
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	42,2	50,2	
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	52,0	67,7	
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	15,2	20,8	
Total	27,1	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	999,6	1.297,1	8.442,5	

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananaí: 10 a 12 meses
- Tangará: cerca de 24 meses
- Saíra (2ª fase): cerca de 24 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.6.3. Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.

Resultados do 3º trimestre de 2025



- Avanço físico: 66,9% em 30 de setembro de 2025.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Videira C1 em junho de 2025. Com esta liberação, Pitiguari passa a receber 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em junho de 2025.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Avanço físico: 85,1% em 30 de setembro de 2025.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 88,8% em 30 de setembro de 2025.

Juruá

- Constituição da empresa Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 02/2024.
- Assinatura do contrato de concessão em 9 de dezembro de 2024.
- Avanço físico: 7,9% em 30 de setembro de 2025.

Resultados do 3º trimestre de 2025



Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.
- Entrada em operação comercial total em fevereiro de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Emissão do Termo de Liberação em setembro de 2025, representando 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em setembro de 2025.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Avanço físico: (REA nº 15.027/2024): 78,3% em 30 de setembro de 2025.
- Avanço físico: (DSP nº 677/2024): 17,9% em 30 de setembro de 2025.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 48,9% em 30 de setembro de 2025.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Avanço físico: 45,1% em 30 de setembro de 2025.

Reforços EATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão EATE referente a substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC2 MA) e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar Açailândia BC3 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC3 PA) em SE Marabá.

Resultados do 3º trimestre de 2025



- Avanço físico: 30,3% em 30 de setembro de 2025.

Reforços ENTE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº N° 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão ENTE referente a substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar P. Dutra BC3 MA) em SE Presidente Dutra, substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC4 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC4 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 26,2% em 30 de setembro de 2025.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.7. Resultado Societário (IFRS)

3.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 3T25 foi de R\$ 1.180,6 MM, 19,1% maior que o 3T24, impulsionada principalmente por maiores investimentos em Ananai, Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços de São Pedro, e menor Parcela Variável. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos menores investimentos em Pitiguari e reforços de Novatrans devido às suas entradas em operação, e menor receita de correção monetária em função do menor IGP-M no período.

A Receita Líquida IFRS do 9M25 foi de R\$ 3.425,3 MM, 30,2% maior que o registrado no 9M24.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2025 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
jun/24	0,81%	0,21%	jun/25	-1,67%	0,24%
jul/24	0,61%	0,38%	jul/25	-0,77%	0,26%
ago/24	0,29%	-0,02%	ago/25	0,36%	-0,11%
Acumulado 3T24	1,72%	0,57%	Acumulado 3T25	-2,08%	0,39%
Acumulado 9M24	2,75%	3,43%	Acumulado 9M25	-0,43%	3,68%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Operação e manutenção	287,0	268,8	6,8%	823,6	803,6	2,5%
Remuneração do ativo contratual de concessão	295,8	287,1	3,0%	884,0	858,5	3,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(39,5)	89,5	n/a	285,1	324,8	-12,2%
Implementação de infraestrutura	716,9	430,8	66,4%	1.659,7	891,3	86,2%
Total Receitas IFRS	1.260,3	1.076,3	17,1%	3.652,4	2.878,3	26,9%
Parcela variável	1,2	(5,9)	n/a	(5,8)	(32,6)	-82,3%
Outras receitas operacionais	12,7	6,4	97,2%	49,9	26,1	91,4%
Receita operacional bruta	1.274,1	1.076,8	18,3%	3.696,5	2.871,7	28,7%
PIS e COFINS	(64,2)	(58,8)	9,3%	(189,6)	(160,0)	18,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	26,7%	(0,3)	(0,3)	33,5%
ICMS	(0,3)	(0,1)	395,7%	(0,4)	(0,1)	419,3%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28,9)	(26,8)	7,7%	(80,8)	(79,8)	1,2%
Deduções da receita operacional bruta	(93,6)	(85,8)	9,1%	(271,2)	(240,2)	12,9%
Receita operacional líquida	1.180,6	991,0	19,1%	3.425,3	2.631,6	30,2%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 6,8% da receita de O&M se deve, principalmente, ao reajuste de 7,03% (IGP-M) do ciclo 2025-2026 para as concessões de categoria 2 e de 5,32% (IPCA) para as concessões de categoria 3, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2025, e entrada em operação dos reforços da Novatrans e de Pitiguari.
- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 3,0% se deve, principalmente, à entrada em operação dos reforços da Novatrans e de Pitiguari, além do efeito da correção monetária sobre o ativo de contrato que compensou a queda natural do ativo em função da amortização dos recebimentos.

Resultados do 3º trimestre de 2025



- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou uma redução de R\$ 129,0 MM na comparação anual em função, principalmente, da contração do IGP-M (-2,08% no 3T25 vs. +1,72% no 3T24) e do IPCA (+0,39% no 3T25 vs. +0,57% no 3T24).
- **Implementação de infraestrutura:** O aumento na comparação anual de R\$ 286,1 MM na receita de implementação se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, Saíra (2ª fase), Tangará, e reforços da ATE e São Pedro. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela entrega dos reforços de Novatrans e de Pitiguari.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 3.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de 97,2% no 3T25 refere-se principalmente à contabilização das duas RAPs parciais de Pitiguari, em decorrência da entrada em operação por fases, e aumento das receitas de CDE e PROINFA na concessão GTESA.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 9,1% na comparação entre 3T25 versus 3T24 em função do aumento do PIS/COFINS motivado pelo aumento da receita operacional bruta.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 707,2 MM no 3T25, 60,7% maior quando comparado ao 3T24.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram nos primeiros 9 meses do ano R\$ 1.700,9 MM, 67,7% maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Pessoal	(66,4)	(63,9)	3,9%	(192,4)	(192,5)	0,0%
Material	(573,8)	(336,3)	70,6%	(1.365,9)	(717,0)	90,5%
Custo de O&M	(20,4)	(12,9)	58,3%	(59,6)	(25,4)	134,5%
Custo de infra	(550,9)	(320,9)	71,7%	(1.300,4)	(685,7)	89,6%
Outros Materiais	(2,5)	(2,5)	-2,7%	(5,9)	(5,8)	0,5%
Serviço de terceiros	(30,5)	(25,9)	17,6%	(74,3)	(73,5)	1,0%
Outros	(25,1)	(9,0)	178,6%	(39,4)	(16,5)	139,0%
Total	(695,7)	(435,1)	59,9%	(1.671,9)	(999,4)	67,3%
Depreciação e amortização	(11,5)	(4,9)	134,2%	(29,0)	(14,8)	95,1%
Total	(707,2)	(440,0)	60,7%	(1.700,9)	(1.014,3)	67,7%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Material:**
 - Custo de O&M: O aumento de R\$ 7,5 MM foi influenciado principalmente por maiores investimentos de O&M nas concessões de Pitiguari, em função da sua energização, e na TSN, Lagoa Nova, NTE, GTEA e Saíra.
 - Custo de Implementação: O aumento de R\$ 230,0 MM na comparação entre 3T25 e o 3T24 se deve, principalmente, por maiores investimentos em Ananaí (+R\$ 185,9 MM), Saíra (+R\$ 71,7 MM), Tangará (+R\$ 69,1 MM) e nos reforços da ATE (+R\$ 37,0 MM), São Pedro (+R\$ 19,7 MM) e ATE III (+R\$ 7,3 MM), compensados, em parte, por menores investimentos nos reforços da Novatrans (-R\$ 91,7 MM) e de Pitiguari (-R\$ 67,5 MM) devido às suas energizações.
 - Outros (materiais): Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Outros:** O aumento de R\$ 16,1 MM se deve principalmente ao efeito negativo de revisão da margem (contrato oneroso) do empreendimento em construção de Saíra, compensados em parte por venda/regularização de ativos e menores gastos com manutenção de equipamentos, combustíveis e transportes.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 6,6 MM entre os trimestres refere-se basicamente às unitizações de ativos.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T25 totalizou R\$ 59,2 MM, 46,5% menor que o 3T24. Já nos primeiros 9 meses do ano, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 348,2 MM, 12,9% menor quando comparado ao mesmo período de 2024.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
ETAU	3,1	6,7	-53,9%	15,5	35,7	-56,6%
TBE	26,4	87,2	-69,8%	178,8	226,6	-21,1%
Aimorés	7,7	10,3	-24,6%	36,9	39,4	-6,4%
Paraguaçu	10,2	16,8	-39,4%	54,9	56,4	-2,7%
Ivaí	11,9	(10,2)	-	62,1	41,7	48,9%
Total Equivalência Patrimonial	59,2	110,8	-46,5%	348,2	399,9	-12,9%

A redução de R\$ 51,6 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 3T25 e o 3T24, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função do reajuste negativo do IGP-M entre os períodos, com impacto mais relevante na TBE e ETAU, além da redução do IPCA com impacto em Aimorés, Paraguaçu e Ivaí; (ii) aumento de despesas financeiras em função da alta do CDI, impactando a TBE, e das captações de Aimorés e Paraguaçu emitidas em junho de 2025; (iii) aumento da linha de materiais na TBE motivado pelos custos de implementação dos reforços em EATE e ENTE; e (iv) contabilização retroativa de IRPJ no 3T24 referente à renovação do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE). Estes efeitos foram compensados pela (i) redução dos impostos diferidos, principalmente em Ivaí, devido ao ajuste realizado no 3T24, (ii) crescimento da receita de implementação de infraestrutura motivado pelos reforços da EATE e ENTE (TBE), e (iii) aumento da receita financeira pela alta do CDI.

3.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 227,0 MM no 3T25, 7,8% maior que o registrado no 3T24.

Nos primeiros nove meses do ano, a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 798,4 MM, apresentando um aumento de 11,6% contra 9M24.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Receitas Financeiras	45,0	22,8	97,4%	97,8	78,5	24,6%
Renda de aplicação financeira	41,1	19,6	109,7%	85,4	71,8	18,9%
Outras Receitas financeiras	3,8	3,2	21,0%	12,4	6,7	86,5%
Despesas Financeiras	(272,0)	(233,4)	16,5%	(896,3)	(794,0)	12,9%
Juros incorridos	(260,5)	(194,6)	33,9%	(689,0)	(575,7)	19,7%
Variações monetárias e cambiais	(18,3)	(30,1)	-39,3%	(209,4)	(196,6)	6,5%
Ajuste ao valor justo	(2,5)	(0,0)	n/a	(2,5)	(0,0)	n/a
Marcação a Mercado	2,5	-	0,0%	2,5	-	0,0%
Arrendamento	(0,0)	(0,0)	-52,5%	(0,1)	(0,2)	-47,3%
Outras despesas/receitas financeiras	6,9	(8,6)	n/a	2,2	(21,5)	n/a
Total IFRS	(227,0)	(210,6)	7,8%	(798,4)	(715,5)	11,6%

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 3.3.6.

Resultados do 3º trimestre de 2025



3.7.5. Impostos

A redução de 76,9 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 3T25 e 3T24 é explicada principalmente pela (i) redução do lucro antes dos impostos, (ii) maior dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos entre os trimestres, e (iii) maior aproveitamento das empresas de lucro presumido. Estes efeitos foram compensados pelo (i) aumento da receita de implementação, (ii) menor aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE, (iii) ajuste extemporâneo na concessão Ananai, e (iv) pelo pagamento de JCP da concessão de Janaúba.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	3T25	3T24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
Lucro antes dos impostos (EBT)	305,5	451,1	-32,3%	1.274,2	1.301,7	-2,1%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(59,2)	(110,8)	-46,5%	348,2	399,9	-12,9%
Base excluindo EP	246,3	340,4	-27,6%	926,0	901,8	2,7%
Dedução - JCP distribuído	(220,1)	(118,2)	86,2%	(408,4)	(263,1)	55,2%
Lucro Tributável	26,2	222,2	-88,2%	517,6	638,8	-19,0%
IRCS (alíquota 34%)	(8,9)	(75,5)	-88,2%	(176,0)	(217,2)	-19,0%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	40,3	22,7	77,5%	87,5	76,6	14,3%
Benefício SUDAM/SUDENE	3,3	7,7	-57,4%	6,6	23,6	-72,1%
Outros	0,4	3,3	-88,8%	23,5	2,4	893,8%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	35,1	(41,9)	-	(58,4)	(114,6)	-49,1%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-14,2%	12,3%	-26,5 pp	6,3%	12,7%	-6,4 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-48,2%	-21,7%	-27,7%	-21,3%
JCP	-30,4%	-11,8%	-15,0%	-9,9%
Lucro Presumido	-16,4%	-6,7%	-9,5%	-8,5%
SUDAM/SUDENE	-1,3%	-2,3%	-0,7%	-2,6%
Outros	-0,1%	-1,0%	-2,5%	-0,3%
Alíquota Efetiva	-14,2%	12,3%	6,3%	12,7%

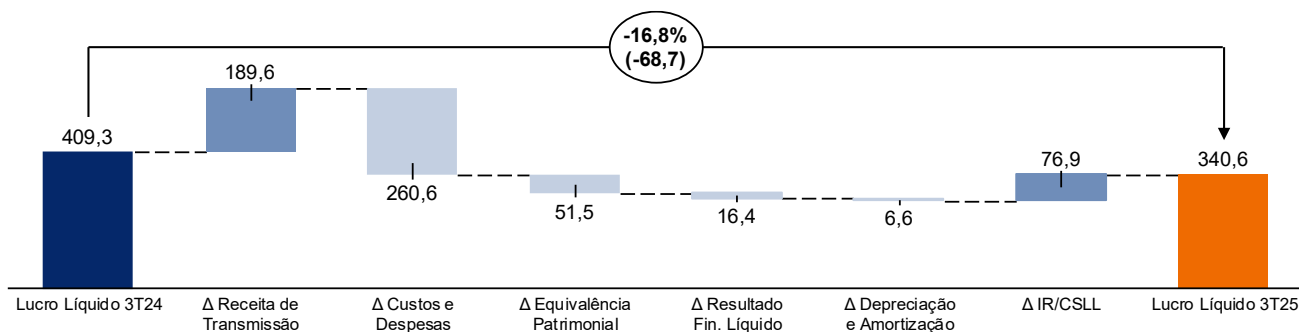
Resultados do 3º trimestre de 2025



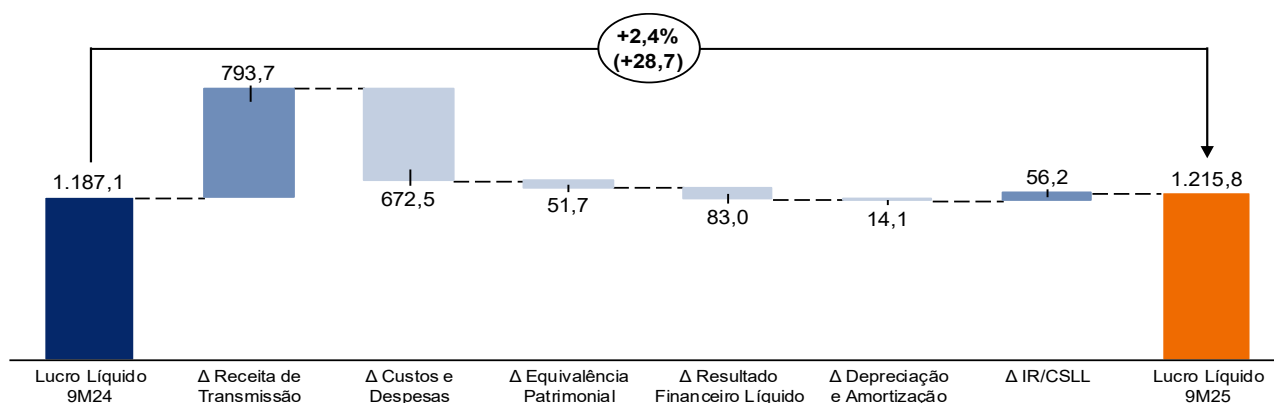
3.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 340,6 MM no 3T25, apresentando uma redução anual de 16,8%. Já no 9M25, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.215,8 MM, 2,4% maior que o mesmo período de 2024.

Lucro Líquido IFRS – 3T25:



Lucro Líquido IFRS – 9M25:



Resultados do 3º trimestre de 2025



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumpra esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos (sem correção pela inflação).

Vale destacar que as tratativas para a regulamentação deste tema estão em andamento por meio da Tomada de Subsídios 008/2024 que trata do processo de renovação/relicitação das concessões vincendas nos próximos anos. Foram concluídas as fases na Tomada de Subsídios relativas à regulamentação técnica e metodologia da indenização. A próxima etapa será a abertura da Consulta Pública pela ANEEL com a proposta de resolução normativa que definirá o regramento estabelecido para este processo, cuja data de publicação está prevista para o primeiro semestre de 2026 e a data de conclusão foi postergada para o segundo semestre de 2026 (Processo ANEEL 48500.003729/2023-28).

As concessões da TAESA possuem em torno de R\$ 3,2 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2,2 bilhões na TAESA Consolidado e aproximadamente R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais à participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, (iii) não consideram nenhuma correção pela inflação por serem valores históricos, e (iv) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

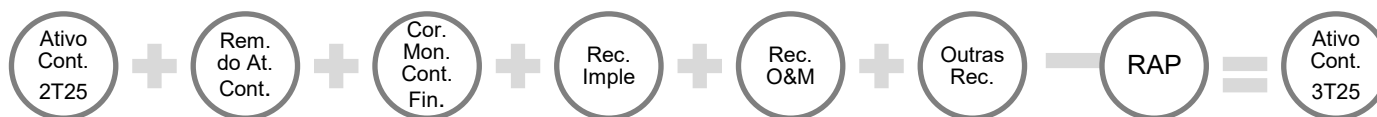
Segue a abertura do valor residual histórico, conforme premissas acima, por ano de vencimento:

Ano Vencimento	Valor Residual (R\$ bi)	% Reforços & Melhorias
2030-2032	1,1	~25%
2034-2036	0,6	~10%
2038-2039	0,1	~10%
2042-2043	0,2	~10%
2046-2049	1,3	~15%
Total	3,2	~17%

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM									
Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 2T25	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	3T25
NOVATRANS	10%	1.596,0	50,8	(19,9)	(1,7)	51,5	0,4	(136,2)	1.541,0
TSN	10%	814,8	17,4	(2,1)	11,2	97,3	(2,3)	(125,2)	811,0
MUNIRAH	11%	62,9	1,6	(0,9)	3,6	6,5	1,2	(10,0)	64,8
GTESA	11%	27,3	0,7	(0,4)	0,0	1,0	4,7	(7,0)	26,2
PATESA	8%	116,8	2,2	(1,6)	(0,1)	2,7	(0,1)	(7,0)	112,9
ETEO	10%	350,6	8,5	(5,5)	0,4	19,5	(0,3)	(40,4)	332,9
NTE	15%	371,5	12,8	(5,5)	0,0	15,9	(0,2)	(35,4)	359,1
STE	10%	308,8	7,6	(4,9)	0,0	6,3	(0,2)	(19,6)	298,0
ATE	9%	613,2	13,1	(9,6)	49,0	12,2	(0,2)	(34,3)	643,6
ATE II	8%	810,3	16,1	(13,0)	0,2	27,4	(0,4)	(53,6)	787,0
ATE III ¹³	7%	463,2	7,3	1,5	10,1	13,8	1,3	(27,2)	469,9
ETAU ³	18%	124,3	1,8	(2,1)	-	3,9	2,3	11,2	141,4
BRASNORTE ³	6%	253,3	6,8	0,8	-	0,9	(0,0)	(9,6)	252,1
SÃO GOTARDO ¹	5%	76,2	1,0	0,3	-	0,3	0,0	(2,0)	75,8
SÃO JOÃO ¹³	5%	693,4	10,5	2,4	-	2,6	(0,1)	(17,5)	691,2
SÃO PEDRO ¹³	7%	766,6	12,1	2,0	32,3	2,1	1,6	(20,2)	796,5
LAGOA NOVA ¹³	9%	150,2	3,3	0,5	-	0,6	(0,5)	(4,0)	150,2
MARIANA ¹³	6%	280,6	4,0	1,0	-	0,5	(0,0)	(5,9)	280,1
MIRACEMA ¹³	9%	736,3	16,7	2,6	1,4	5,4	0,6	(33,8)	729,2
JANAÚBA ¹³	10%	2.477,0	57,8	8,7	-	7,0	(0,5)	(72,8)	2.477,2
SANT'ANA ¹³	9%	831,6	18,8	2,9	-	2,1	1,2	(23,11)	833,6
ANANAI ²	7%	1.367,5	-	-	382,7	-	-	-	1.750,3
PITIGUARI ²	5%	307,4	2,6	(2,2)	0,1	0,7	2,3	(6,6)	304,2
SAÍRA ²	9%	1.276,5	24,3	3,5	91,6	10,3	(0,2)	(34,2)	1.371,9
TANGARÁ ²	5%	962,7	-	-	135,6	-	-	-	1.098,3
JURUÁ ²	6%	1,2	-	-	0,3	-	-	-	1,6
AIMORÉS ¹³⁴	8%	545,8	10,4	1,9	-	2,3	(0,1)	14,9	575,2
PARAGUAÇU ¹³⁴	8%	856,7	16,0	3,0	-	2,7	0,3	22,7	901,4
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.162,8	40,3	9,3	-	3,3	-	(51,7)	2.164,0
EATE ³	7%	854,6	13,4	(14,0)	21,5	8,8	(0,8)	(50,6)	832,9
EBTE ¹	4%	430,9	4,8	1,4	-	3,7	4,2	(16,0)	429,0
ECTE	6%	69,0	1,0	(1,1)	-	0,7	0,0	(4,2)	65,5
EDTE ¹³	9%	451,8	9,8	1,6	-	1,6	(0,0)	(13,1)	451,6
ENTE	6%	547,3	7,8	(9,2)	4,0	4,5	0,0	(26,0)	528,4
ERTE	5%	115,4	1,5	(1,9)	-	1,6	0,0	(6,0)	110,6
ESDE ¹	7%	74,7	1,2	(2,2)	-	0,5	0,5	(2,5)	72,1
ESTE ¹³	8%	759,9	14,4	2,7	-	3,5	(14,0)	(21,2)	745,3
ETEP	6%	184,3	2,8	(2,9)	-	2,8	0,1	(11,3)	175,8
ETSE ¹	6%	67,4	1,0	0,2	-	0,3	0,3	(1,9)	67,3
LUMITRANS	5%	58,9	0,7	(0,9)	-	0,6	0,0	(2,5)	56,8
STC ¹	5%	62,5	0,9	0,2	-	1,0	7,7	(4,0)	68,3
TRANSIRAPÉ ⁵	8%	100,2	1,9	(1,7)	-	0,9	11,9	(6,3)	107,0
TRANSESTE ⁵	10%	105,7	2,6	(1,8)	-	0,7	(0,0)	(5,1)	102,2
TRANSUDESTE ⁵	8%	72,4	1,4	(1,2)	-	0,6	(0,0)	(3,2)	70,1
Total		23.360,7	429,4	(58,1)	742,4	330,7	20,7	(902,4)	23.923,4

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.3. DRE 3T25

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	3T25	3T24	Var. %	3T25	3T24	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	721.835	660.437	9,3%
Operação e manutenção	286.952	268.770	6,8%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	295.819	287.146	3,0%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(39.462)	89.514	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	716.944	430.839	66,4%	-	-	-
Outras receitas operacionais	12.676	6.428	97,2%	340	300	13,3%
Parcela variável	1.188	(5.947)	-	1.188	(5.947)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.274.117	1.076.750	18,3%	723.363	654.790	10,5%
PIS e COFINS	(64.242)	(58.797)	9,3%	(43.575)	(35.280)	23,5%
ISS	(100)	(80)	25,6%	(100)	(79)	26,7%
ICMS	(327)	(66)	395,6%	(327)	(66)	395,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28.890)	(26.818)	7,7%	(28.890)	(26.817)	7,7%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(93.559)	(85.761)	9,1%	(72.892)	(62.242)	17,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.180.558	990.989	19,1%	650.471	592.548	9,8%
Pessoal	(66.391)	(63.892)	3,9%	(66.391)	(63.892)	3,9%
Material	(573.753)	(336.292)	70,6%	(2.455)	(2.522)	-2,7%
Serviços de terceiros	(30.492)	(25.936)	17,6%	(30.492)	(25.935)	17,6%
Outras despesas operacionais	(25.087)	(8.999)	178,8%	(2.351)	(12.629)	-81,4%
Custos e Despesas	(695.722)	(435.119)	59,9%	(101.689)	(104.978)	-3,1%
Depreciação e amortização	(11.521)	(4.920)	134,2%	(131.318)	(86.924)	51,1%
Custos, Despesas e D&A	(707.243)	(440.039)	60,7%	(233.007)	(191.902)	21,4%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	473.315	550.950	-14,1%	417.464	400.646	4,2%
Resultado de equivalência patrimonial	59.230	110.766	-46,5%	106.511	125.380	-15,0%
Receita financeira	44.955	22.774	97,4%	44.955	22.774	97,4%
Renda de aplicação financeira	41.133	19.614	109,7%	41.133	19.614	109,7%
Outras Receitas financeiras	3.822	3.160	21,0%	3.822	3.160	21,0%
Despesas financeiras	(271.952)	(233.356)	16,5%	(271.931)	(233.309)	16,6%
Empréstimos e financiamentos	(326)	(7.822)	-95,8%	(326)	(7.822)	-95,8%
- Juros incorridos	(5.668)	(7.440)	-23,8%	(5.668)	(7.440)	-23,8%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	9.339	5.586	67,2%	9.339	5.586	67,2%
- Ajuste ao valor justo	(3.997)	(5.969)	-33,0%	(3.997)	(5.969)	-33,0%
Instrumentos financeiros derivativos	(22.713)	827	-	(22.713)	827	-
- Juros incorridos	(14.500)	(635)	2183,5%	(14.500)	(636)	2179,9%
- Variação cambial	(9.751)	(4.506)	116,4%	(9.751)	(4.506)	116,4%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	1.538	5.968	-74,2%	1.538	5.969	-74,2%
Debêntures	(255.758)	(217.742)	17,5%	(255.758)	(217.742)	17,5%
- Juros incorridos	(240.347)	(186.520)	28,9%	(240.347)	(186.520)	28,9%
- Variações monetárias	(17.882)	(31.222)	-42,7%	(17.882)	(31.222)	-42,7%
- Marcação a Mercado	2.471	-	-	2.471	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(21)	(47)	-55,3%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	6.866	(8.572)	-	6.866	(8.572)	-
Resultado financeiro	(226.997)	(210.582)	7,8%	(226.976)	(210.535)	7,8%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	305.548	451.134	-32,3%	296.999	315.491	-5,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35.059	(41.852)	-	26.265	(8.199)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	340.606	409.282	-16,8%	323.264	307.292	5,2%
EBITDA	484.836	555.870	-12,8%	548.782	487.570	12,6%
Margem EBITDA	41,1%	56,1%	-15,0 pp	84,4%	82,3%	2,1 pp

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.4. DRE 9M25

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		9M25	9M24	Var.%	9M25	9M24	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	2.080.196	1.971.007	5,5%
Operação e manutenção	823.606	803.578	2,5%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	883.989	858.538	3,0%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	285.060	324.842	-12,2%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	1.659.727	891.344	86,2%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	49.893	26.072	91,4%	1.084	899	20,6%	-
Parcela variável	(5.782)	(32.636)	-82,3%	(5.782)	(32.636)	-82,3%	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.696.493	2.871.738	28,7%	2.075.498	1.939.270	7,0%	
PIS e COFINS	(189.636)	(160.055)	18,5%	(124.233)	(111.089)	11,8%	-
ISS	(349)	(262)	33,2%	(349)	(262)	33,2%	-
ICMS	(399)	-	0,0%	(399)	-	0,0%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(80.831)	(79.840)	1,2%	(80.857)	(79.840)	1,3%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(271.215)	(240.157)	12,9%	(205.838)	(191.191)	7,7%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.425.278	2.631.581	30,2%	1.869.660	1.748.079	7,0%	
Pessoal	(192.385)	(192.461)	0,0%	(192.385)	(192.461)	0,0%	-
Material	(1.365.862)	(716.957)	90,5%	(5.873)	(5.845)	0,5%	-
Serviços de terceiros	(74.270)	(73.517)	1,0%	(74.270)	(73.516)	1,0%	-
Outras despesas operacionais	(39.419)	(16.493)	139,0%	(17.001)	(26.667)	-36,2%	-
Custos e Despesas	(1.671.937)	(999.428)	67,3%	(289.530)	(298.489)	-3,0%	
Depreciação e amortização	(28.950)	(14.842)	95,1%	(323.854)	(262.547)	23,4%	-
Custos, Despesas e D&A	(1.700.887)	(1.014.270)	67,7%	(613.384)	(561.036)	9,3%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.724.391	1.617.311	6,6%	1.256.277	1.187.043	5,8%	
Resultado de equivalência patrimonial	348.208	399.865	-12,9%	310.755	331.612	-6,3%	-
Receita financeira	97.821	78.500	24,6%	97.821	78.500	24,6%	
Renda de aplicação financeira	85.401	71.840	18,9%	85.401	71.840	18,9%	-
Outras Receitas financeiras	12.420	6.660	86,5%	12.420	6.660	86,5%	-
Despesas financeiras	(896.257)	(793.961)	12,9%	(896.172)	(793.800)	12,9%	
Empréstimos e financiamentos	39.008	(68.315)	-	39.008	(68.315)	-	-
- Juros incorridos	(18.617)	(22.453)	-17,1%	(18.617)	(22.453)	-17,1%	-
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
- Variação cambial	59.486	(42.126)	-	59.486	(42.126)	-	-
- Ajuste ao valor justo	(1.861)	(3.735)	-50,2%	(1.861)	(3.735)	-50,2%	-
Instrumentos financeiros derivativos	(78.419)	54.285	-	(78.419)	54.285	-	-
- Juros incorridos	(13.180)	3.123	-	(13.180)	3.123	-	-
- Variação cambial	(64.641)	47.427	-	(64.641)	47.427	-	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(598)	3.735	-	(598)	3.735	-	-
Debêntures	(859.004)	(758.256)	13,3%	(859.004)	(758.256)	13,3%	-
- Juros incorridos	(657.194)	(556.340)	18,1%	(657.194)	(556.340)	18,1%	-
- Variações monetárias	(204.281)	(201.916)	1,2%	(204.281)	(201.916)	1,2%	-
- Marcação a mercado	2.471	-	-	2.471	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(85)	(161)	-47,2%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	2.243	(21.515)	-	2.243	(21.514)	-	-
Resultado financeiro	(798.436)	(715.461)	11,6%	(798.351)	(715.300)	11,6%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.274.163	1.301.715	-2,1%	768.681	803.355	-4,3%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(58.377)	(114.593)	-49,1%	42.288	(12.516)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.215.786	1.187.121	2,4%	810.969	790.839	2,5%	
EBITDA	1.753.341	1.632.153	7,4%	1.580.131	1.449.590	9,0%	
Margem EBITDA	51,2%	62,0%	-10,8 pp	84,5%	82,9%	1,6 pp	

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.5. DRE Regulatório 3T25 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.189	173.775	14.887	22.652	51.705
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(657)	(1)	(0)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.189	173.118	14.886	22.652	51.705
PIS e COFINS	(416)	(9.230)	(1.399)	(2.098)	(4.783)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(589)	(4.989)	(185)	(280)	(648)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.014)	(14.220)	(1.584)	(2.379)	(5.431)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.175	158.898	13.302	20.273	46.274
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(764)	(8.436)	(208)	(487)	(524)
Material	(11)	(817)	(9)	(5)	(33)
Serviços de terceiros	(403)	(4.245)	(210)	(266)	(2.122)
Outras despesas operacionais	(5)	(862)	43	(55)	(461)
Custos e Despesas	(1.183)	(14.361)	(383)	(813)	(3.139)
Depreciação e amortização	(1.040)	(27.668)	(1.361)	(2.329)	(7.622)
Custos, Despesas e D&A	(2.222)	(42.028)	(1.744)	(3.142)	(10.760)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.953	116.870	11.559	17.131	35.513
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	290	4.828	1.143	2.138	5.277
Despesas financeiras	1	(44.137)	(4.732)	(8.970)	(20.904)
Resultado financeiro	292	(39.309)	(3.589)	(6.832)	(15.627)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.244	77.561	7.969	10.300	19.886
Imposto de Renda e Contribuição Social	(461)	(8.058)	(898)	(1.274)	(6.761)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.783	69.504	7.071	9.026	13.125
EBITDA	8.992	144.538	12.920	19.460	43.135
Margem EBITDA	88,4%	91,0%	97,1%	96,0%	93,2%

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.6. DRE Regulatório 9M25 (Subsidiárias)

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	32.131	501.124	43.342	65.122	156.686
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(73)	(1.210)	(1)	(447)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	32.057	499.914	43.341	64.674	156.686
PIS e COFINS	(1.248)	(26.696)	(4.023)	(6.252)	(14.493)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.445)	(14.298)	(537)	(809)	(1.943)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.702)	(40.994)	(4.560)	(7.061)	(16.437)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29.355	458.920	38.780	57.613	140.249
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.376)	(26.402)	(1.089)	(1.906)	(1.363)
Material	(52)	(1.889)	(26)	(22)	(94)
Serviços de terceiros	(1.444)	(10.995)	(767)	(896)	(5.625)
Outras despesas operacionais	(284)	(3.653)	(177)	(173)	(1.040)
Custos e Despesas	(4.156)	(42.938)	(2.060)	(2.997)	(8.121)
Depreciação e amortização	(2.852)	(83.986)	(4.082)	(6.981)	(21.164)
Custos, Despesas e D&A	(7.008)	(126.924)	(6.141)	(9.978)	(29.286)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	22.347	331.996	32.639	47.635	110.963
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.161	15.540	2.013	4.426	16.645
Despesas financeiras	(70)	(126.150)	(4.938)	(9.404)	(90.708)
Resultado financeiro	1.092	(110.610)	(2.925)	(4.979)	(74.063)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23.439	221.385	29.714	42.657	36.900
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.455)	(21.837)	(3.205)	(4.296)	(12.546)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21.984	199.548	26.508	38.361	24.354
EBITDA	25.199	415.981	36.720	54.616	132.128
Margem EBITDA	85,8%	90,6%	94,7%	94,8%	94,2%

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.7. DRE IFRS 3T25 (Subsidiárias)

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.939	31.740	2.312	2.699	3.308
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.794	65.115	10.356	16.006	40.338
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(2.144)	(30.733)	1.931	3.037	9.273
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	25.424	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.318	6.014	(97)	288	-
Parcela variável	-	(657)	(1)	(0)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.907	96.902	14.501	22.030	52.918
PIS e COFINS	(216)	(5.230)	(1.353)	(2.027)	(4.895)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(589)	(4.989)	(185)	(280)	(648)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(814)	(10.219)	(1.538)	(2.307)	(5.543)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.093	86.683	12.963	19.723	47.375
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(764)	(8.436)	(208)	(487)	(524)
Material	(809)	(20.501)	(9)	(5)	(10.848)
Serviços de terceiros	(403)	(4.245)	(210)	(266)	(2.122)
Outras despesas operacionais	(5)	(862)	49	(47)	(461)
Custos e Despesas	(1.981)	(34.045)	(377)	(805)	(13.954)
Depreciação e amortização	(18)	(134)	(15)	(26)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(1.999)	(34.179)	(392)	(831)	(13.979)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	3.094	52.504	12.571	18.892	33.396
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	290	4.828	1.143	2.138	5.277
Despesas financeiras	1	(44.137)	(4.733)	(8.972)	(20.904)
Resultado financeiro	292	(39.309)	(3.591)	(6.833)	(15.627)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	3.385	13.195	8.980	12.059	17.769
Imposto de Renda e Contribuição Social	(299)	13.170	(1.242)	(1.872)	(5.919)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.087	26.365	7.739	10.187	11.851
EBITDA	3.112	52.638	12.586	18.919	33.421
Margem EBITDA	61,1%	60,7%	97,1%	95,9%	70,5%

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.8. DRE IFRS 9M25 (Subsidiárias)

DRE IFRS

	ETAU	TBE	Aímorés	Paraguaçu	Ivai
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	11.299	91.503	6.703	7.825	16.384
Remuneração do ativo contratual de concessão	5.512	197.741	30.775	47.566	119.309
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(178)	57.491	18.796	29.542	72.515
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	26.119	-	-	-
Outras receitas operacionais	6.682	17.944	(97)	288	-
Parcela variável	(73)	(1.210)	(1)	(447)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	23.240	389.588	56.175	84.774	208.208
PIS e COFINS	(906)	(22.960)	(5.181)	(8.070)	(19.259)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.445)	(14.298)	(537)	(809)	(1.943)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.360)	(37.258)	(5.718)	(8.879)	(21.202)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.880	352.330	50.457	75.895	187.005
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.376)	(26.402)	(1.089)	(1.906)	(1.363)
Material	(1.122)	(23.379)	(26)	(142)	(10.922)
Serviços de terceiros	(1.444)	(10.995)	(767)	(896)	(5.625)
Outras despesas operacionais	(284)	(3.425)	(160)	(147)	(1.040)
Custos e Despesas	(5.226)	(64.200)	(2.043)	(3.091)	(18.949)
Depreciação e amortização	(54)	(757)	(45)	(79)	(84)
Custos, Despesas e D&A	(5.280)	(64.957)	(2.087)	(3.171)	(19.033)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15.600	287.372	48.370	72.724	167.973
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.161	15.540	2.013	4.426	16.645
Despesas financeiras	(70)	(126.150)	(4.942)	(9.410)	(90.708)
Resultado financeiro	1.092	(110.610)	(2.929)	(4.985)	(74.063)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	16.692	176.762	45.441	67.740	93.910
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.183)	2.013	(8.553)	(12.825)	(31.790)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.508	178.775	36.888	54.915	62.120
EBITDA	15.654	288.129	48.415	72.803	168.056
Margem EBITDA	75,0%	81,8%	96,0%	95,9%	89,9%

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.9. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 9M25 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	0	(0)	-	(0)	2.879	2.879	2.080	798	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	884	401	-	1.285	(1.285)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	285	178	-	463	(463)	-	-	-	-
Operação e manutenção	824	134	-	957	(957)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	1.660	26	-	1.686	(1.686)	-	-	-	-
Parcela variável	(6)	(2)	-	(8)	-	(8)	(6)	(2)	-
Outras receitas	50	25	-	75	(74)	1	1	-	-
Receita bruta	3.696	762	-	4.458	(1.586)	2.872	2.075	797	-
Deduções da receita bruta	(271)	(75)	-	(347)	69	(278)	(206)	(72)	-
Receita operacional líquida - ROL	3.425	687	-	4.112	(1.517)	2.595	1.869,7	725	-
Pessoal	(192)	(33)	-	(226)	-	(226)	(192)	(33)	-
Materiais	(1.366)	(36)	-	(1.401)	1.393	(8)	(6)	(2)	-
Serviço de terceiros	(74)	(20)	-	(94)	-	(94)	(74)	(20)	-
Outros	(39)	(5)	-	(44)	22	(22)	(17)	(5)	-
EBITDA	1.753	593	-	2.346	(102)	2.245	1.580	665	-
Margem EBITDA	51,2%	86,4%	n/a	57,1%	29,5%	86,5%	84,5%	91,7%	n/a
Depreciação e amortização	(29)	(1)	-	(30)	(413)	(443)	(324)	(119)	-
Resultado operacional	1.724	592	-	2.316	(515)	1.802	1.256	546	-
Resultado de equivalência patrimonial	348	-	(348)	-	-	-	311	-	(311)
Resultado financeiro	(798)	(191)	-	(990)	0	(990)	(798)	(191)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	1.274	401	(348)	1.327	(514)	812	769	354	(311)
Impostos e contribuições sociais	(58)	(52)	-	(111)	110	(1)	42	(43)	-
Lucro líquido	1.216	348	(348)	1.216	(405)	811	811	311	(311)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	3T25
EBITDA Societário	2.346
(-) Correção monetária - IFRS 15	(463)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(1.686)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(1.285)
(-) Receita de O&M e outras	(1.031)
(+) RAP	2.879
(+/-) PIS/COFINS diferidos	69
(+) CAPEX operacional	1.393
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	2.879
(+/-) Outros efeitos societários	(2.857)
EBITDA Regulatório	2.245

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

R\$ mil	3T25		3T25
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	609.905	-	609.905
Títulos e Valores Mobiliários	463.299	-	463.299
Clientes	325.605	-	325.605
Ativo contratual de concessão	1.604.401	1.604.401	-
Impostos e contribuições sociais	163.390	-	163.390
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.122	-	2.122
Dividendos e JCP a receber	39.826	-	39.826
Estoque	6.980	-	6.980
Outras contas a receber	171.580	-	171.580
Total do Ativo Circulante	3.387.108	1.604.401	1.782.707
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	40.350	-	40.350
Ativo contratual de concessão	14.647.266	14.647.266	-
Tributos Diferidos	-	(13.364)	13.364
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(24.957)	24.957
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.115.536	2.490.523	625.013
Clientes	22.428	-	22.428
Depósitos judiciais	146.679	-	146.679
Instrumentos financeiros derivativos	2.760	-	2.760
Outras contas a receber	34.973	-	34.973
Imobilizado	223.120	(9.474.703)	9.697.823
Intangível	191.473	(528.805)	720.278
Direito de uso	355	355	-
Total do Ativo Não Circulante	18.424.940	7.096.315	11.328.625
Total do Ativo	21.812.048	8.700.716	13.111.332
Passivos			
Fornecedores	296.836	-	296.836
Impostos e contribuições sociais	77.923	-	77.923
Empréstimos e financiamentos	4.781	-	4.781
Debêntures	1.067.386	-	1.067.386
Passivo de arrendamento	594	594	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	379.039	-	379.039
Taxas regulamentares	51.190	-	51.190
Outras contas a pagar	151.872	5.981	145.891
Total do Passivo Circulante	2.029.621	6.575	2.023.046
Empréstimos e financiamentos	39.312	-	39.312
Debêntures	9.215.755	-	9.215.755
Passivo de arrendamento	277	277	-
Instrumentos financeiros derivativos	137.212	-	137.212
Impostos e contribuições diferidos	1.435.700	1.435.153	547
Tributos diferidos	861.114	861.114	-
Provisão para contingências	189.378	2.594	186.784
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(85.255)	85.255
Fornecedores	3.798	-	3.798
Outras contas a pagar	254.509	-	254.509
Total do Passivo Não Circulante	12.137.088	2.213.916	9.923.172
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.328.565	-	3.328.565
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(52.078)	-	(52.078)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(487.705)	-	(487.705)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.071.179	(6.071.179)
Resultado do período	1.215.786	404.817	810.969
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.645.339	6.480.225	1.165.114
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.645.339	6.480.225	1.165.114
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	21.812.048	8.700.716	13.111.332

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.11. Fluxo de Caixa Regulatório

R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	810.969
Resultado de equivalência patrimonial	(310.755)
Depreciação e amortização	323.854
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	7.790
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(5.062)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e Financ	(39.008)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	859.004
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	78.419
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.698)
Tributos diferidos	3.923
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	8.766
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(9.775)
Despesa de atualização monetária de contingências	10.503
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(15.364)
	1.680.979
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(67.399)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	145.184
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(104.140)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	99.683
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	6.144
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	6.823
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	891.462
	977.757
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.658.736
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.392)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.645.344
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(492.847)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.386.146)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.878.993)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(378.326)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(23.875)
Captação de debêntures	1.400.269
Pagamento de debêntures - principal	(725.140)
Pagamento de debêntures - juros	(564.149)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	4.430
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(620.631)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(907.422)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(141.071)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	609.905
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(141.071)

Resultados do 3º trimestre de 2025



4.12. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	9M25
R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.215.786
Resultado de equivalência patrimonial	(348.208)
Depreciação e amortização	28.211
Amortização de direito de uso	739
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	7.790
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(5.062)
Custo Implementação - provisão fornecedores	1.300.351
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(39.008)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	859.004
Juros passivo de arrendamento	85
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	78.419
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.967
Tributos diferidos	69.326
Remuneração do ativo contratual de concessão	(883.989)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(285.060)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(1.659.727)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	8.766
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(9.775)
Despesa de atualização monetária de contingências	10.503
Provisão contrato oneroso	23.039
Provisão (Reversão) para parcela variável	(15.364)
	414.206
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(67.399)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	1.207.782
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	145.184
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(104.140)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(1.200.668)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	6.118
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	6.823
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	891.462
	885.162
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.299.368
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.392)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.285.976
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(492.847)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(26.154)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(519.001)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(378.326)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(23.875)
Captação de debêntures	1.400.269
Pagamento de debêntures - principal	(725.140)
Pagamento de debêntures - juros	(564.149)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	4.431
Pagamento de passivo de arrendamento	(625)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(620.631)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(908.046)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(141.071)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	609.905
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(141.071)

Resultados do 3º trimestre de 2025



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.